



Simpósio sobre as consequências
do Stress de Guerra

Serge Wourgaff elogia iniciativa da ADFA

Governo exige entrega do Palácio da Independência

- Subsídio estatal à ADFA suspenso desde Maio
- Secretaria de Estado da Defesa Nacional apresenta hipótese de alternativa no Restelo e exige desde já entrega de parte do edifício como «sinal de boa vontade»

Pág. 3

Eleições para os Órgãos Sociais resultados e entrevista com a nova Direcção Central



Equipa de basquetebol em cadeira de rodas da ADFA venceu encontros disputados em Algés e Montijo

Pág. 11

Alunos da nossa Escola expuseram trabalhos do último ano lectivo

Pág. 12

- A Escola da ADFA aceita desde já matrículas para o próximo ano lectivo, em que irão funcionar cursos de Alfabetização, Ciclo Preparatório, em dois anos ou Intensivo. Entra na Aventura do Saber. Matricula-te.



— Ministério do Trabalho e Segurança Social.

• Decreto Regulamentar n.º 36/87, de 17 de Junho publicado no Diário da República, I Série, n.º 137, de 17 de Junho de 1987.

— Regulamenta a atribuição e o cálculo do subsídio da doença do regime geral de Segurança Social. Regulamenta a atribuição do subsídio de doença ao pessoal dos serviços domésticos e aos trabalhadores independentes.

— Assembleia da República.

• Lei n.º 22/87, de 24 de Junho, publicada no Diário da República, I Série, n.º 142, de 24 de Junho de 1987.

— Sobre a extinção da enfiteuse ou aforamento.

— Ministério do Trabalho e Segurança Social.

• Decreto-Lei n.º 256/87, de 24 de Junho, publicado no Diário da República, I Série, n.º 142, de 24 de Junho de 1987.

— Determina que a falta de entrega, nos prazos regulamentares em vigor, das folhas de remuneração relativas aos contribuintes do pessoal do serviço doméstico não seja punido com multa.

— Assembleia da República

• Lei n.º 16/87, de 1 de Junho, publicado no Diário da República, I Série, n.º 125, de 1 de Junho de 1987.

— Altera a Lei n.º 4/85 de 9 de Abril (Estatuto Remuneratório dos Titulares dos Cargos Políticos).

— Assembleia da República

• Lei n.º 17/87, de 1 de Junho, publicado no Diário da República, I Série, n.º 126, de 1 de Junho de 1987.

— Entrada em vigor do Código do Processo Penal.

— Assembleia da República

• Lei n.º 19/87, de 1 de Junho, publicada no Diário da República, I Série, n.º 125, de 1 de Junho de 1987.

— Fixa o Dia do Estudante.

— Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

• Decreto-Lei n.º 226/87, de 6 de Junho, publicado no Diário da República, I Série, n.º 130, de 6 de Junho de 1987.

— Estabelece o regime de cooperação entre a administração central e local em programas de habitação social para arrendamento. Revoga o Decreto-Lei n.º 366/85, de 11 de Setembro.

— Ministério da Justiça

• Portaria n.º 486/87, de 8 de Junho, publicada no Diário da República, I Série, n.º 131, de 8 de Junho de 1987.

— Dá nova redacção aos artigos 3.º e 13.º da Tabela de Emolumentos do Registo Predial, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 124/84, de 6 de Junho.

— Ministério da Justiça

• Decreto-Lei n.º 231/87, de 11 de Junho, publicado no Diário da República, I Série, n.º 133, de 11 de Junho de 1987.

— Dá nova redacção ao artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 845/76, de 11 de Dezembro, que aprova o Código das Expropriações.

— Ministério da Educação e Cultura

• Decreto-Lei n.º 232/87, de 11 de Junho, publicado no Diário da República, I Série, n.º 133, de 11 de Junho de 1987.

— Actualiza a gratificação aos professores que exercem funções no ensino especial.

— Ministério das Finanças

• Portaria n.º 466-A/87, de 3 de Junho, publicada no Diário da República, I Série, n.º 127, Suplemento, de 3 de Junho de 1987.

— Regulamenta o regime geral das vendas a prestações.

— Ministério da Educação e Cultura

• Decreto-Lei n.º 243/87, de 15 de Junho, publicado no Diário da República, I Série, n.º 135, de 15 de Junho de 1987.

— Estabelece medidas a fim de facilitar o cumprimento da escolaridade obrigatória por parte dos alunos deficientes.

— Assembleia da República.

• Lei n.º 30/87, de 7 de Julho, publicada no Diário da República, I Série, n.º 153, de 7 de Julho de 1987.

— Lei do Serviço Militar.

— Ministério da Justiça

• Decreto Regulamentar n.º 42/87, de 8 de Julho, publicado no Diário da República, I Série, n.º 154, de 8 de Julho de 1987.

— Aprova os modelos de Bilhetes de Identidade de cidadão nacional, de cidadão estrangeiro e de cidadão luso-brasileiro.

— Presidência do Conselho de Ministros.

• Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/87, de 10 de Julho de 1987, publicada no Diário da República, I Série, n.º 156, de 10 de Julho de 1987.

— Estabelece o sistema de recolha de sugestões para utentes da Administração Pública.

— Presidência do Conselho de Ministros.

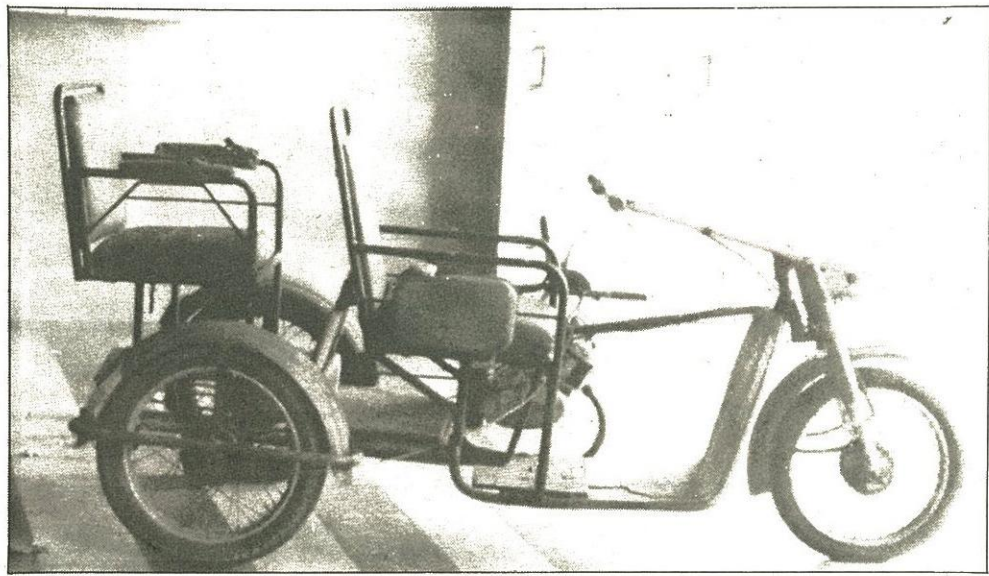
• Instruções para a execução da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/87, de 10 de Julho de 1987, publicadas no Diário da República, II Série, n.º 156, de 10 de Julho de 1987.

— Regulamenta o sistema de Recolha de Sugestões para utentes da Administração Pública.

Consultas grátis para traumatizados pela guerra

Dr. Afonso de Albuquerque, conhecido psiquiatra da cidade de Lisboa, tem um projecto de intervenção no tratamento das consequências psicológicas da guerra.

Todos aqueles que de algum modo se sintam afectados psicologicamente podem ligar para o n.º 77 11 41 Ext. 153, Hospital Júlio de Matos, Serviço de Psiquiatria Comportamental, a fim de marcar a sua consulta.



Restrições

à compra

de triciclos motorizados

Um despacho conjunto do Ministério das Finanças e do Ministério da Defesa Nacional (A-103 de 27 de Junho) veio estabelecer restrições ao fornecimento de triciclos motorizados a deficientes motores. O ELO solicitou ao Serviço de Contencioso a análise do diploma que em seguida se publica:

01 - a) Com base no n.º 9 do art.º do DL/43/76, têm vindo a ser fornecidos gratuitamente aos D.F.A., todo o equipamento protésico, plástico, de locomoção auxiliar e outros, considerados como complementos ou substitutos de funções ou órgão lesado ou perdido, sendo em todas as circunstâncias garantida a manutenção ou substituição do material referido, sempre que necessário e as expensas do Estado.

02 - A solicitação do deficiente e mediante proposta fundamentada dos serviços médicos competentes, têm vindo a ser fornecidos gratuitamente triciclos motorizados aos D.F.A., que deles tenham absoluta necessidade, como mero auxiliar de locomoção.

03 - Em 27 de Junho de 1987, foi publicado no D.R. - II Série, n.º 145, o Despacho Conjunto A-103/87-X do Ministro da Defesa Nacional e das Finanças, considerando que se têm levantado dúvidas sobre o âmbito de aplicação do n.º 9 do art.º do DL/43/76, no que concerne ao entendimento a dar as expressões «equipamento de locomoção» e «outros considerados como complementares ou substitutos da função ou órgão lesado ou pedido» e considerando que tais dúvidas se centram mormente na questão de saber se os triciclos motorizados individuais podem ser substituídos nos conceitos referidos, determinou o seguinte:

Tendo em conta a necessidade de uniformizar os critérios de interpretação vinculados no âmbito do Ministério da Defesa

Nacional, face a práticas divergentes e tendo em conta, por último, a natureza indemnizatória dos benefícios previstos no aludido DL e a necessidade de total recuperação dos D.F.A., poderão ser fornecidos gratuitamente triciclos motorizados individuais aos D.F.A. que deles tenham absoluta necessidade, comprovada mediante proposta fundamentada dos serviços médicos do respectivo ramo, não podendo, no entanto, usufruir desta regalia os deficientes que tenham adquirido, nos cinco anos anteriores automóvel ligeiro de passageiros para uso próprio de modelo utilitário, com as isenções previstas no art.º 15.º do DL/43/76.

04 - Tem sido prática corrente no Exército, fornecer triciclos motorizados aos D.F.A. uma regalia que vinham usufruindo há cerca de 12 (doze) anos com os consequentes prejuízo daí decorrentes.

06 - Neste contexto, somos do parecer que devem ser accionados os mecanismos conducentes à reposição desta regalia.

Afixar este símbolo é o primeiro passo da sua colaboração



Participe na «Campanha de Colaboração com o Surdo» - O seu trabalho pode ser facilitado. O atendimento do público e sempre fatigante. Quantas discussões e aborrecimentos se devem a uma palavra que não foi ouvida, a uma frase que se percebeu mal? É necessário que todos aqueles que lidam diariamente com o público participem nesta campanha, para tornar mais simples a vida de quem é surdo total ou apenas ouve mal, para tornar mais simples a sua própria vida.

Evite a fadiga.

Participe na «Campanha de Colaboração com o Surdo». Ao ajudar está a ser ajudado.

Campanha de Colaboração com o Surdo

Secretariado Nacional de Reabilitação



Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 36 21 67/8/9

Corpo Redactorial:

Abel Fortuna, António Carreiro, Armindo Roque, Catarino Salgado, Cid dos Santos, Henrique Mendonça, Jerónimo de Sousa, José Maia, Paula Feveiro e Vitorino Martins

Audiência com o S. E. da Defesa Nacional

Governo exige Palácio da Independência

A Direcção-Central da ADFA foi recebida em 24 de Julho pelo Secretário de Estado da Defesa Nacional, através do qual tomou conhecimento de que a ADFA terá de sair do Palácio da Independência pois o Governo entende que «Sociedade Histórica da Independência de Portugal» (SHIP) é a detentora legal do direito de uso das instalações dese monumento nacional.»

O secretário de Estado da Defesa Nacional

afirmou ainda que a anterior Direcção Central havia sido informada dessa decisão e também lhe havia sido colocada uma hipótese de alternativa, um imóvel de dois andares mais cave, anexos e área circundante situado na Rua de S. Francisco Xavier, no Restelo, e pertença da Cruz Vermelha Portuguesa.

A Secretaria de Estado da Defesa havia também exigido a desocupação imediata do salão nobre da Sede e a sua entrega

à SHIP, exigência que, por não ter sido satisfeita pela ADFA, foi seguida da suspensão do duodécimo do subsídio estatal à nossa Associação desde Abril.

Na audiência de 24 de Julho, a DC assumiu a posição de que terá de reunir todas as informações disponíveis sobre o assunto para accionar os canais associativos com vista à convocação pela Mesa da Assembleia Geral Nacional de uma reunião do Conselho Nacional

para deliberar sobre o assunto.

A DC irá ainda (durante a semana em que esta edição será posta a circular) convocar reuniões da Mesa da Assembleia Geral Nacional, do Conselho Fiscal, representantes da Delegação do Porto e sócios.

A Secretaria de Estado da Defesa decidiu, entretanto, desbloquear um duodécimo, correspondente ao mês de Maio, como «sinal de boa vontade», mas exige

que a este respeito lhe seja dada uma resposta até final de Outubro para que, a partir daí, e se a ADFA estiver interessada na alternativa que lhe é sugerida, se iniciarem as diligências tendentes à sua concretização.

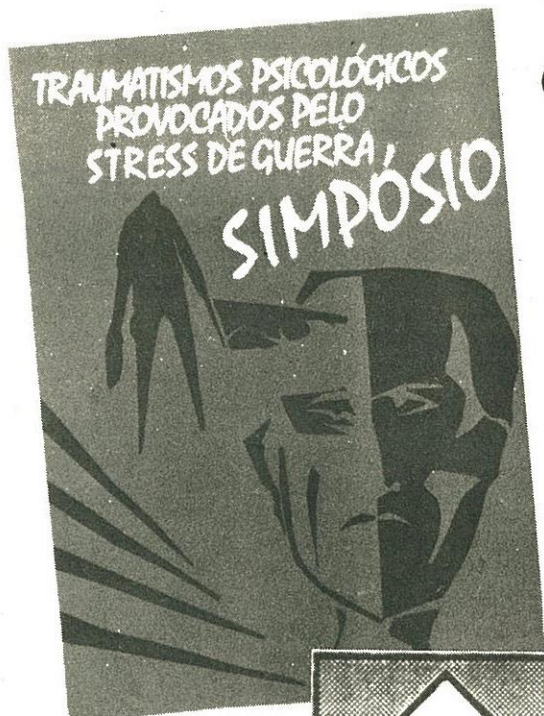
A Secretaria de Estado da Defesa mantém, por outro lado, a exigência de que a ADFA entregue o salão nobre do Palácio ou instalações de idêntica importância no imóvel, para normalizar a transferência do subsídio. A ADFA tem de há muito

a posição de não desejar ficar indeterminadamente no Palácio, desde que seja assegurada uma solução alternativa condigna (a este respeito ver também entrevista com DC nas páginas centrais).

Na audiência com o secretário de Estado da Defesa, que durou mais de uma hora, foram ainda debatidos problemas estruturais e posicionamento da ADFA na Sociedade, as relações ADFA/Governo e questões legislativas pendentes.

Simpósio sobre as consequências do stress de guerra

Serge Wourgaft impressionado com o dinamismo da ADFA



«Fiquei impressionado com o dinamismo e a energia com que a ADFA procura fazer face ao problema das consequências do stress de guerra e tive ocasião de o dizer ao Secretariado Nacional de Reabilitação e ao ministro da Defesa de Portugal», afirmou Serge Wourgaft, secretário-geral da Federação Mundial dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra, ouvido pelo ELO após a realização do Simpósio sobre perturbações pós-traumáticas do stress de guerra realizado pela ADFA.

Nas breves declarações que prestou ao nosso jornal e que abaixo reproduzimos, o secretário-geral da FMAC realça ainda que este Simpósio constitui uma estreia mundial pois a ADFA foi a primeira das organizações-membro da FMAC a promover uma acção deste género em ligação com o Centro de Informação Médica de Oslo, criado pela FMAC em Fevereiro

«Tive já ocasião de dizer ao sr. Secretário Nacional de Reabilitação que um dos ensinamentos a extrair do Simpósio realizado pela ADFA é que os casos concretos a que aludiram os participantes portugueses, os sintomas e o diagnóstico desses casos particulares, correspondem exactamente ao perfil geral da exposição do Prof. Lars Wisæth, Chefe do Centro de Infor-

mação Médica da FMAC.

Primeira conclusão: as perturbações pós-traumáticas do stress são as mesmas, independentemente das diferenças geográficas e culturais.

Uma segunda conclusão a extrair deste Simpósio é que a guerra colonial, os sofrimentos e vítimas que causou são muito pouco conhecidos fora de Portugal, enquanto as perturbações pós-trauma-

ticas dela resultantes são também pouco conhecidas, de momento em Portugal.

«É necessária legislação que tenha em conta essas perturbações e estabeleça forma de as compensar. Assim, iremos realizar de 21 a 24 de Abril, na Áustria, a V Conferência Internacional sobre Legislação dos Antigos Combatentes em que a questão das perturbações pós-traumáticas do stress estará na ordem do dia, o que poderá talvez trazer ideias e directrizes sobre a direcção para onde ir nesse domínio.

O Centro de Informação Médica da FMAC em Oslo tem como objectivo essencial que as informações recolhidas sirvam para melhorar a situação das pessoas que sofreram. É portanto necessário que a classe médica seja informada da existência desse

Centro e interessada nas suas actividades e se lhe dirija para obter informações práticas. É de realçar que o Simpósio da ADFA é o primeiro a ser organizado em ligação com esse Centro desde a sua criação em Fevereiro de 1987.

Claro que a informação deverá circular num duplo sentido. Assim os médicos podem enviar os seus estudos e é muito importante que o façam, pois temos um sistema de recenseamento de todo o material publicado sobre o assunto. Mas há muitos casos clínicos não publicados. O papel dos médicos é, por isso, de extrema importância. Cabe a cada país enviar ao Centro, directamente ou através das associações nacionais filiadas (neste caso a ADFA), ou ainda para a FMAC, todas as informações úteis, sempre que

(Continua na pág. 4)

ILMILA

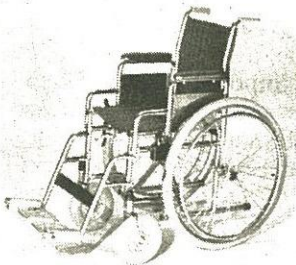
Sociedade Representações e Consignações, Lda

REVESTIMENTOS
TAPEÇARIAS E DECORAÇÕES

- ALCATIFAS
- COLAS
- PAPÉIS PINTADOS
- PAVIMENTOS VINÍLICOS
- CORTIÇAS, ETC.
- TECTOS FALSOS

15 por cento de desconto aos sócios da ADFA

LOJA 1 - R. Elias Garcia, 153-B - ☎ 4 947 985 - 2700 AMADORA



UNIVERSAL

Já conhece os modelos 1987 das cadeiras de rodas de alto nível europeu? Contacte SIORTO, na Avenida Almirante Reis, 173-r/c. Esq. — Telef. 52 09 82 em Lisboa

DATA

- Computadores
- Máquinas de escrever
- Calculadoras
- Fotocopiadores
- Retroprojectores
- Secretárias
- Cadeiras
- Ficeiros
- Estantes
- Caixas registadoras
- Balanças
- Móveis p/ supermercados
- Materiais de consumo
- Reparações

RUA JOSÉ BRANQUINHO, 85
TELEF. 24613 — 3500 VISEU

(Aos Bombeiros Voluntários)

Entrevista com Serge Wourgafft

(Continuação da pág. 3)

possível em inglês ou francês e acompanhadas de um resumo do seu teor.

V Conferência Internacional sobre legislação

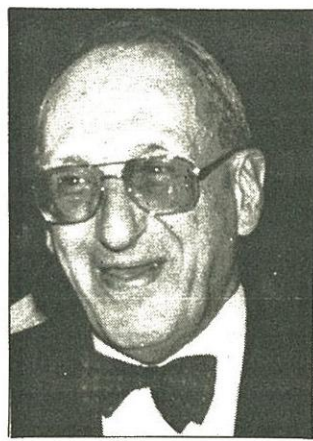
Aproveitámos também para ouvir o secretário-geral da Federação Mundial dos Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra sobre as próximas realizações da organização, nomeadamente a V Conferência Internacional sobre Legislação, relativa aos Antigos Combatentes, que irá decorrer de 21 a 24 de Abril de 1988 na Áustria. Eis o seu depoimento:

Desejamos que esta Conferência permita melhorar a sorte dos antigos combatentes e outras vítimas da guerra, através de troca de experiências e informações.

Procura-se-á assim obter uma melhor adequação dos serviços às necessidades existentes, o que não implica necessariamente incidências orçamentais.

É de referir o papel extremamente importante das Associações — membro da FMAC para que se conheçam as necessidades existentes.

O pessoal sanitário conhece os problemas no momento em que se encontra em contacto com os utentes, mas não conhece os seus problemas na vida diária. Esse conhecimento são as associações de antigos combatentes quem o tem, daí a extrema importância do seu papel.



Vamos tentar que estejam presentes nesta conferência representantes dos governos dos países afectados por conflitos recentes e onde se constate a existência de vítimas de guerra.

Esperamos por isso que a ADFA nos auxilie no sentido de conseguir a participação de antigos combatentes dos países de língua portuguesa.

Vamos também realizar a reunião das comissões regionais da Comissão Permanente para os Assuntos Africanos em Argel e esperamos que a ADFA esteja presente em representação da Comissão Permanente para os Assuntos Europeus.

Também na reunião da Comissão Permanente Europeia em Setembro no Centro de Readaptação e Repouso de Perunka, na Finlândia, esperamos vivamente que a ADFA esteja representada e possa enviar representantes do COMO, visto que o contacto com outras associações europeias seria certamente muito útil para o vosso Centro Oficial de Meios Ortopédicos.

A Áustria, a Holanda e a Finlândia, onde essa reunião vai decorrer, estão muito avançados em termos de tecnologia de reabilitação funcional e profissional. A visita ao próprio Centro de Perunka será certamente muito interessante.

Os temas em debate no Simpósio da ADFA

O Simpósio sobre as consequências pós-traumáticas do stress de guerra, que a ADFA levou a efeito nos dias 27 e 28 de Junho, na Escola de Enfermagem Calouste Gulbenkian, trouxe a Lisboa reputadas individualidades, como o secretário-geral da Federação Mundial dos Antigos Combatentes (ver declarações na página anterior) e o director do Centro de Informação Médica da FMAC, o psicólogo norueguês Lars Wisaeth.

Nesta primeira abordagem de um tema inteiramente novo entre nós, vários especialistas nacionais tiveram ocasião de expor detalhadamente perfis clínicos e casos con-

tos, que explanou situações análogas às da exposição ao stress de guerra, detendo-se particularmente sobre estudos que afectuou com uma mostra de 50 ex-presos

políticos que durante a ditadura sofreram sevícias da PIDE.

A visita de Serge Wourgafft

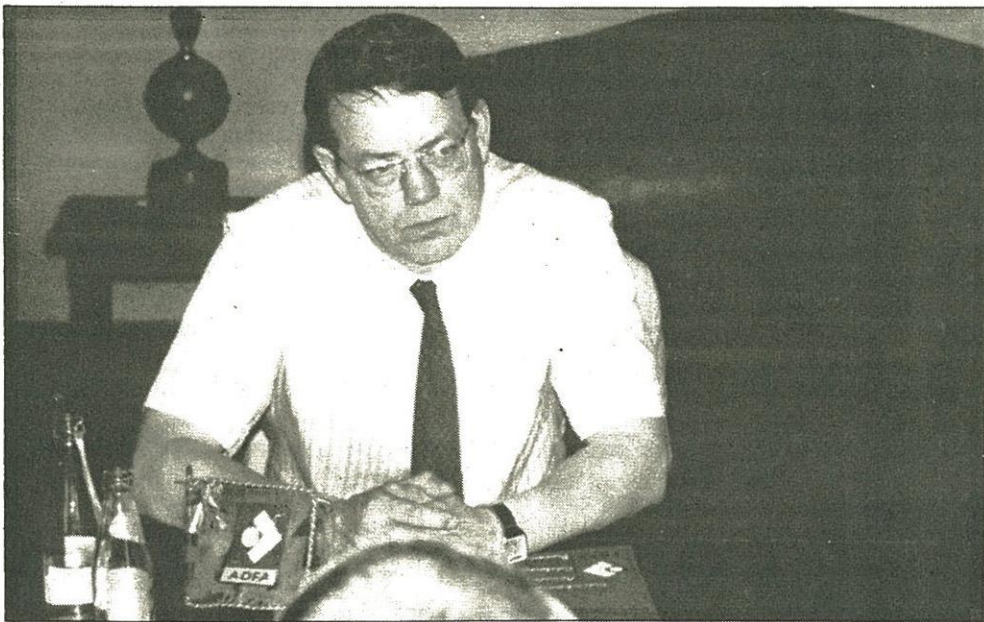
Serge Wourgafft, secretário-geral da Federação Mundial dos Antigos Combatentes, deslocou-se a Portugal de 26 de Junho a 1 de Julho, expressamente para participar no simpósio subordinado ao tema «Perturbações Pós-Traumáticas do Stress de Guerra».

Na sede da ADFA, o secretário-geral da FMAC esteve presente em várias reuniões com a Direcção Central, tendo igualmente inaugurado a exposição dos trabalhos escolares, patente numa das salas do Palácio.

Serge Wourgafft, visitou ainda o distrito de Santarém, onde o aguardavam o governador civil e o presidente da Câmara, que o acompanharam numa visita guiada à parte histórica da cidade e participou no piquenique realizado pelo núcleo local da ADFA, na barragem da Agulada, confraternizando com sócios e seus familiares.

Durante a sua permanência em Portugal Wourgafft avistou-se com várias entidades governamentais, militares e civis entre as quais, o ministro da Defesa, o secretário nacional de reabilitação e o comandante da Região Militar Norte. No Norte presidiu ainda a um jantar em sua honra, oferecido pelo comandante da Escola Prática de Cavalaria.

O Prof. Lars Wisaeth e aspecto da cerimónia de encerramento do Simpósio



cretos da sua experiência profissional.

Assim, o dr. José Gameiro, médico psiquiatra do Hospital Miguel Bombarda e que foi médico da ADFA durante 10 anos, falou da sua experiência, analisando casos pessoais tipo, e estabelecendo inferências da situação particular do indivíduo sujeito ao stress de guerra no ambiente social e familiar.

O dr. Joaquim Reis, psicólogo do Hospital de Marinha desenvolveu os tópicos fundamentais da situação clínica de stress pós-traumático enunciando os referenciais basilares da investigação neste domínio.

O prof. António Santiago Quintas, psiquiatra chefe do serviço do Centro de Saúde Mental Infantil e Juvenil de Lisboa e membro da Sociedade Portuguesa de Psicanálise, enquadrou a noção de stress no quadro das reacções do aparelho psíquico a situações adversas. No mesmo sentido se orientou a intervenção dos drs. Rui Xavier Vieira e Margarida Ançã, que exemplificaram com casos concretos o enquadramento das situações de perturbação resultante do stress na tipologia geral da reacção a situações traumáticas.

Ainda uma palavra para a intervenção do dr. Afonso de Albuquerque, chefe do Serviço de Fisioterapia Comportamental do Hospital Júlio de Ma-



Mensagem do Presidente da República

O Presidente da República, dr. Mário Soares, enviou aos participantes no Simpósio da ADFA sobre as consequências do stress de guerra uma mensagem que, pela sua importância, integralmente reproduzimos:

Impossibilitado de estar presente no simpósio internacional organizado, em Lisboa, pela Associação de Deficientes das Forças Armadas em colaboração com a Federação Mundial dos Antigos Combatentes, não quero deixar de sublinhar o interesse e a oportunidade desta iniciativa, saudando os seus organizadores e participantes.

A história das Nações é

feita de grandezas e misérias, de erros e acertos. Assumir a sua inteireza é uma exigência moral irrecusável, que nos proporciona valiosas lições para o presente e o futuro.

Muitos erros cometidos no passado fizeram vítimas e deixaram consequências que temos o dever de encarar com sentido da responsabilidade. As vítimas da guerra encontram-se entre os pri-

meiros no direito à nossa solidariedade.

A luta pela paz passa também por uma consciência viva da tragédia das guerras e dos sinais físicos e psicológicos que elas deixaram em muitos homens e mulheres do nosso tempo.

Estou certo de que este simpósio, pelos temas tratados e pelas personalidades presentes, contribuirá para uma reafirmação dos ideais da paz, da solidariedade da liberdade que devem nortear todos os homens de boa-vontade.

Mário Soares

Viaturas RENAULT

VIATURA	PREÇO BASE	P.V.P.
Renault 21GTD	1514 677\$00	3430 144\$00
» 21 TDX	1772 980\$00	4014 425\$00
» 21 GTS	1304 395\$00	2122 281\$00
» 21 RS	1407 482\$00	2289 695\$00
» 5 L-3-P	752 756\$00	1008 121\$00
» 5 GL-3-P	803 374\$00	1082 316\$00
» 5 GL 5-P	849 260\$00	1136 857\$00
» 5 GTL-3-P	870 525\$00	1195 519\$00
» 5 GTL-5-P	913 793\$00	1254 743\$00
» 5 TS	913 793\$00	1367 572\$00
» 9 GTC-SUP	1009 374\$00	1385 576\$00
» 9 GTS	1115 377\$00	1582 426\$00
» 9 GTE	1259 452\$00	1786 321\$00
» 11 GTS SUP	1077 740\$00	1479 155\$00
» 11 GTS	1186 102\$00	1682 516\$00
» 11 TSE	1331 767\$00	1888 661\$00
» 9 GTD	1306 969\$00	2126 462\$00
» 11 GTD	1401 943\$00	2280 700\$00
» 5 GTD-5-P	1452 348\$00	1875 358\$00
» 5 TD-5-P	1065 065\$00	1723 610\$00

PREÇOS COM PINTURA NORMAL

As versões «DIESEL» dos «RENAULT 5, 9 e 11» apresentam o motor de 1595 c.c., 55 cv., beneficiado pelos últimos aperfeiçoamentos técnicos em matéria de insonorização e equipado com pré-aquecimento de gasóleo.

Todas as versões se apresentam com opção de pintura normal ou metalizada e novos tecidos de guarnições.

TODOS OS SÓCIOS INTERESSADOS NAS VIATURAS DA GAMA «RENAULT» PODEM PEDIR INFORMAÇÕES NA SEDE OU NAS NOSSAS DELEGAÇÕES



Formação Profissional novos cursos

Reunião com trabalhadores da Sede

A nova Direcção Central promoveu, no dia 15 de Julho, uma reunião com os trabalhadores da Sede, aos quais expôs as suas ideias em matéria de reorganização dos serviços centrais e metas genéricas a atingir durante os próximos dois anos.

Desta reunião se fala também na entrevista com o presidente e o vice-presidente da DC publicada nas páginas centrais desta edição.

Cartões da ADME

Os cartões antigos da ADME, tal como já repetidamente noticiámos, deixarão de ter validade a partir do dia 1 de Novembro do corrente ano, nos termos de uma circular do Estado-Maior do Exército que reproduzimos integralmente em anterior edição do ELO.

Voltamos por isso a chamar a atenção de todos os beneficiários da Assistência na Doença aos Serviços do Estado para a necessidade imperiosa de procederem à sua actualização.

Os alunos dos Cursos de Formação Profissional da ADFA das áreas de Relações Públicas e Contabilidade que obtiveram pleno aproveitamento receberam os seus diplomas em singela cerimónia realizada na Sede no dia 25 de Julho.

Em Relações Públicas foi de oito o número de formados. Em Contabilidade, dez alunos tiveram aproveitamento.

A nossa Associação enviou entretanto as propostas de novos cursos ao Instituto do Emprego e Formação Profissional para o ano lectivo 87-88, em que são previstas as áreas constantes do cupão junto.

Os interessados poderão desde já candidatar-se à frequência desses cursos no sentido de possibilitar uma melhor programação do seu arranque pelos serviços.

A Formação Profissional é, para nós, um caminho mais a percorrer para uma maior integração na sociedade. Inscreve-te.

NOME _____

DATA DE NASCIMENTO _____

N.º DE SÓCIO _____

MORADA _____

TELEFONE _____

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS _____

GRAU DE DESVALORIZAÇÃO _____

TIPO DE DEFICIÊNCIA _____

EMPREGADO DESEMPREGADO

CURSO QUE PRETENDE _____

LISBOA

01 TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS

02 CERAMISTAS

03 ELECTRICISTAS

04 ELECTRICISTAS — Pós laboral

05 REPARADORES DE MICROELÉCTRICA C/qualificação — pós laboral

06 TÉCNICOS DE FRIO

PORTO

01 ARTESÃOS DE MADEIRA — Menores de 25 anos

02 OPERADORES DE ESCRITÓRIO ELECTRÓNICO — Menores de 25 anos

03 OPERADORES DE ESCRITÓRIO ELECTRÓNICO — C/Qualificação — Pós Laboral

04 OPERADORES/PROGRAMADORES — C/qualificação — Pós laboral

05 REPARAÇÃO DE APARELHOS ELÉCTRICOS — Reabilitação

06 TÉCNICOS DE RELAÇÕES PÚBLICAS — C/Qualificação — Pós laboral

07 TÉCNICOS ORTOPROTÉSICOS — Especialização

supercinco TD/GTD
1595 cm³
55 cv DIN
150 km/h
3,9 l / 100 km^{*}

RENAULT 9 GTD
1595 cm³
55 cv DIN
146 km/h
4,4 l / 100 km^{*}

RENAULT 11 GTD
1595 cm³
55 cv DIN
148 km/h
4,4 l / 100 km^{*}

RENAULT 21 GTD e Turbo DX
2068 cm³ / 2068 cm³
67 cv DIN / 88 cv DIN
164 km/h / 177 km/h
4,6 l / 100 km / 5,0 l / 100 km^{*}

RENAULT 21 Nevada Turbo D
2068 cm³
88 cv DIN
172 km/h
5,2 l / 100 km^{*}

RENAULT 25 Turbo DX
2068 cm³
85 cv DIN
172 km/h
5,0 l / 100 km^{*}

* A velocidade estabilizada de 90 km/h

RENAULT

as muitas maneiras de ser

Diesel

Também em Diesel, Renault tem a mais vasta gama de automóveis ligeiros do mercado. Tantas possibilidades de escolher a viatura mais adequada. Em tudo idêntica aos modelos a gasolina. Excepto num pormenor. No motor diesel.

O prazer de conduzir automóveis potentes, confortáveis e seguros. Veículos tecnologicamente muito avançados, de consumo baixo e performances elevadas.

Para a Renault, estas são as muitas maneiras de ser diesel.

Porquê contentar-se com menos?

Crédito RENAULT - As melhores condições de compra.

RENAULT PORTUGUESA
Sociedade Industrial e Comercial, S.A.R.L.
SERVIÇOS DE VENDAS DIRECTAS E ESPECIAIS

Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E
1900 LISBOA



ELEIÇÕES

As propostas de trabalho da nova equipa dirigente da ADFA

Uma semana após a tomada de posse, a nova Direcção Central, através dos seus presidente e vice-presidente, deu uma entrevista ao ELO em que procuramos fornecer desde já aos sócios uma visão das perspectivas e propostas concretas de trabalho da nova equipa dirigente da ADFA.

ELO — Além do contido no Programa Eleitoral com que os actuais órgãos se apresentaram aos associados, o que é possível adiantar desde já, a uma semana da tomada de posse, quanto aos propósitos de trabalho dos novos dirigentes da ADFA?

Guedes da Fonte — Os sócios votaram num determinado projecto. Continua a manter-se viva a chama do associativismo na ADFA. Queremos retomar a rota inicial.

Para isso, vamos tentar merecer a confiança dos sócios e tentar que através do nosso trabalho, que nunca por nunca será afastado das bases, ganhe corpo essa ideia colectiva...

José Arruda — Entendemos que houve aqui um ano de paragem em termos de vida associativa e em que, ao ler o ELO se tinha a impressão de haver movimento, mas sem que os sócios e os serviços estivessem verdadeiramente estimulados para uma ampla participação.

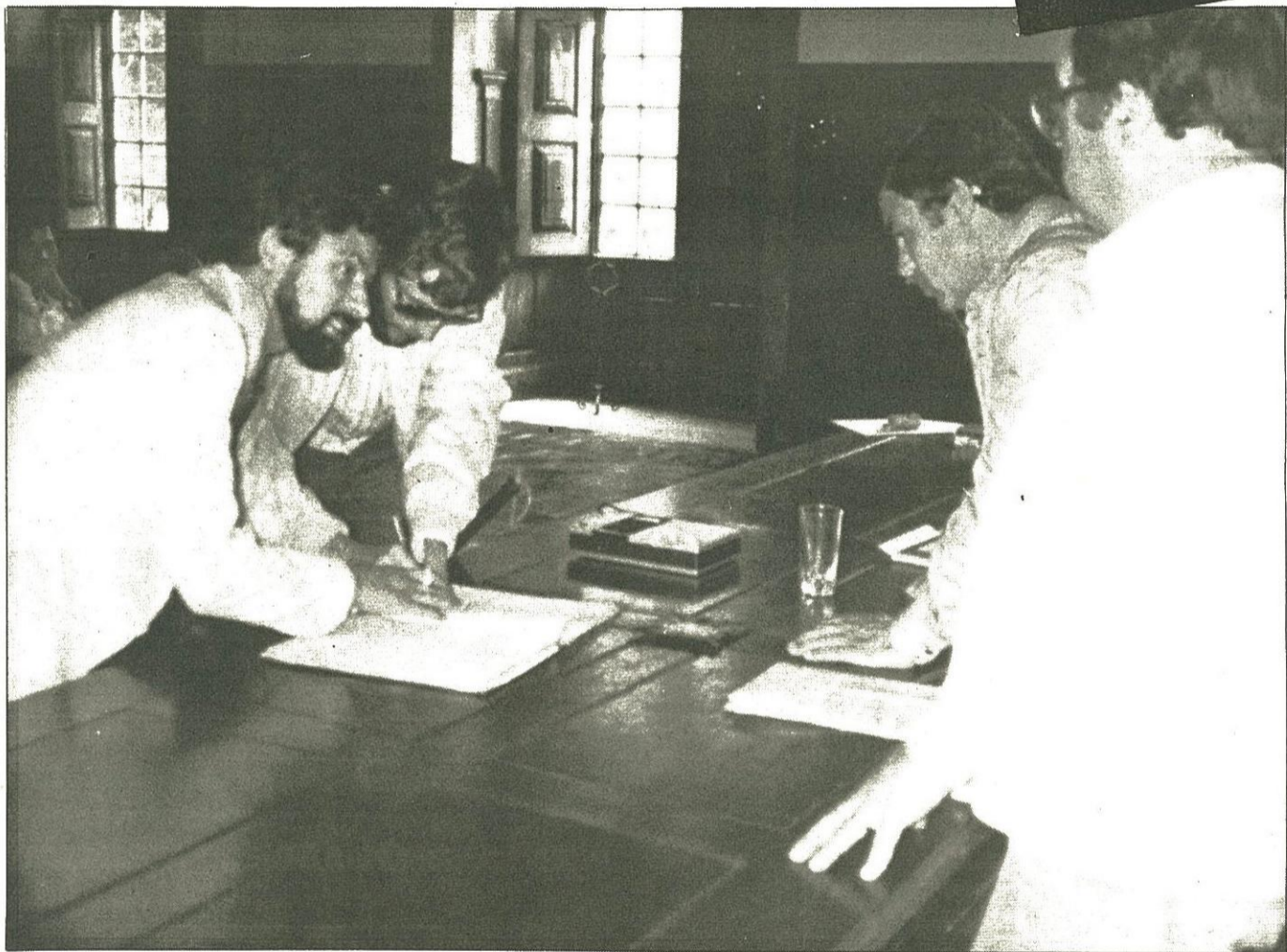
Guedes da Fonte — Convirá começar também por dizer que a ADFA enfrenta problemas estruturais graves a saber: em primeiro lugar a nossa Associação tem uma organização interna muito precária o que se reflecte no tipo de serviços prestados aos sócios; por outro lado, temos de enfrentar um conjunto de custos fixos muito elevados face à quase inexistência de fontes de proventos.

Os custos fixos constituem um problema porque as receitas não têm aumentado e terão de ser bem geridas, rentabilizadas, e não poderão aumentar indiscriminadamente, para que se torne possível uma política de desenvolvimento integrado, abrangendo a Sede e as Delegações.

A ausência de fontes de receita preocupa-nos também bastante porque não só há que fazer face aos

custos fixos mas há também que pensar em termos de desenvolvimento.

Não somos contra o aumento dos custos mas até pelo seu aumento desde que com a finalidade de



conseguir um correspondente aumento de receitas.

ELO — Que fazer para enfrentar esses problemas estruturais?

José Arruda — A solução está antes do mais na nossa adesão à Associação. Temos uma missão a cumprir nos próximos dois anos. Vamos tentar rentabilizar esses dois anos através de uma actuação que passa pela fixação de objectivos concretos, poucos mas seguros.

Esses objectivos orientam-se para três áreas principais: melhorar a organização, criar os principais para uma futura autonomia financeira da Associação e relançar a ima-

gem da ADFA interna e externamente. É nessas áreas que vamos concentrar os nossos esforços.

Participação dos sócios

Guedes da Fonte — A estratégia para o conseguir consistirá em tentar congregiar todos os associados, estimulando a sua

fortemente para que se atinjam esses dois grandes objectivos organizacionais e associativos.

Atendimento

ELO — Entremos então pelo tema da organização interna...

Guedes da Fonte — Em termos de organização interna, haverá que redefinir competências e

participação activa e fazendo também com que o sócio assuma as suas responsabilidades.

Os grandes problemas da Associação passam pelos sócios. O que pretendemos fazer é desenvolver, dinamizar e despertar a massa associativa para o interesse e responsabilidade que tem em que esta Casa continue.

A participação do sócio processa-se naturalmente a vários níveis: as Delegações e Nucleos, as assembleias gerais, a preparação e a participação no III Congresso são apenas exemplos.

José Arruda — O que queremos é que quando terminar o nosso mandato tenhamos contribuído

para a independência financeira. Claro que todas estas ideias terão de estar inseridas em grandes linhas de orientação, encontradas através do trabalho associativo dos órgãos competentes.

Temos consciência de que há que desenvolver dentro desta estrutura uma área de relações públicas de que a Portaria e o Atendimento aos sócios serão prolongamentos. Outras áreas a desenvolver de forma programada e articulada serão a produção e o ELO.

A produção constitui o conjunto de serviços a partir dos quais a ADFA poderá ter um desenvolvimento das suas receitas. Isto liga-se bastante com o lançamento das bases

A Lista C, que se apresentou aos associados com um programa intitulado «Por uma ADFA forte e mais próxima dos seus objectivos — para conquistar e defender todos os direitos dos deficientes das Forças Armadas» ganhou as eleições para os Órgãos Sociais Centrais realizadas em 4 de Julho. Os novos responsáveis pela Associação tomaram posse no Salão Nobre da Sede Central no dia 15 e, no dia 21, concederam ao ELO uma primeira entrevista que junto publicamos. Na Delegação do Porto, a única onde houve duas listas concorrentes a este acto eleitoral, venceu a Lista A. Junto publicamos também a constituição dos vários Órgãos Sociais Centrais eleitos para o biénio 1987-89 e os quadros com números de votantes e repartição dos resultados nas várias assembleias de voto.

direitos e regalias. A passa pela revisão de princípios filosóficos e que estas questões têm ser encaradas pelo Po. É preciso que não se gisle tendo à partida limites de carácter or mental.

Se, por um lado, constrangimentos or mentais são um facto há questões de princípio cumprir que nenhum nheiro pode pagar, questões humanitárias que verão sobrevar todos considerando fins ceiros.

Nada impede o Po de reconhecer os princípios de igualdade, embora podendo aplicá-los na prática de forma diferida. Isso seria a base boa. Uma sociedade em evolução, que tem para uma maior justiça social e uma maior dignificação do indivíduo, põe que o Estado reconheça e assumo os princípios de equidade.

Há quase um entendimento tácito de que problemas dos deficientes se resolvem com dinheiro. Claro que a compensação financeira é importante, mas o problema envolve muitas outras questões: a quota de trabalho obrigatória, a aplicação do regulamento das condições urbanas, a formação profissional que proporciona saídas para o mercado de trabalho de uma autêntica pescada de rabo na boca.

As questões legislativas preocupam-nos. Os diferentes tratamentos dados aos militares deficientes. Aqueles que não têm qualquer tratamento algum. Há que repensar todos estes assuntos numa perspectiva global...

A nossas preocupações orientam-se, por outro lado, para domínios

para a independência financeira.

Claro que todas estas ideias terão de estar inseridas em grandes linhas de orientação, encontradas através do trabalho associativo dos órgãos competentes.

Legislação

ELO — Outro aspecto em que os sócios têm certamente o maior interesse em conhecer as ideias da nova Direcção é o que respeita às questões legislativas...

Guedes da Fonte — A legislação existente está muito fragmentada. Só nos podemos dar por satisfeitos quando se tender para um nivelamento de

ista C, que se apresentou aos associados
um programa intitulado «Por uma ADFA
e mais próxima dos seus objectivos —
ra conquistar e defender todos os direitos
s deficientes das Forças Armadas»
nhou as eleições para os Órgãos Sociais
centrais realizadas em 4 de Julho.
Os novos responsáveis pela Associação
tomaram posse no Salão Nobre da Sede
Central no dia 15 e, no dia 21, concederam
ao ELO uma primeira entrevista que junto
publicamos.
Na Delegação do Porto, a única onde houve
duas listas concorrentes a este acto eleitoral,
venceu a Lista A.
Junto publicamos também a constituição dos
vários Órgãos Sociais Centrais eleitos para o
biénio 1987-89 e os quadros com números
de votantes e repartição dos resultados nas
várias assembleias de voto.



direitos e regalias. Isso
passa pela revisão dos
princípios filosóficos com
que estas questões têm de
ser encaradas pelo Poder.
É preciso que não se legisle
tendo à partida limites de
carácter orgânico.

Se, por um lado, os
constrangimentos orgânicos
são um facto real, há
questões de princípio que
cumprir que nenhum de
nheiro pode pagar, questões
humanitárias que deverão
sobresair todos os dias,
considerando os financeiros.

Nada impede o Poder
de reconhecer os princípios
de igualdade, muito embora
podendo aplicá-los na
prática de forma diferenciada.
Isso seria uma base boa.
Uma sociedade em evolução,
que tende para uma maior
justiça social e uma maior
dignificação do indivíduo,
impõe que o Estado reconheça
e assumam os princípios de
equidade.

Há quase um entendimento
tácito de que os problemas
dos deficientes se resolvem
com dinheiro. Claro que a
competição financeira é im-
portante, mas o problema
envolve muitas outras questões:
a quota de trabalho obrigatória,
a aplicação do regulamento
das edificações urbanas, a
formação profissional que
proporciona saídas para o
mercado de trabalho. Há
uma autêntica pescadinha
de rabo na boca.

As questões legislativas
preocupam-nos. Os diferentes
tratamentos dados aos
militares deficientes. Aqueles
que não têm sequer tratamento
algum. Há que repensar todos
estes assuntos numa perspectiva
global...

A actual preocupação
orientam-se, por outro lado,
para domínios mais

vastos: a integração, no
trabalho, na família, no
lazer.

Através de um trabalho
de constante a ADFA terá
de dizer para melhorar
a sociedade, para que esta
nos melhore também.

Nucleos

Esse trabalho terá de
processar-se a todos os
níveis, mas justifica-se
uma palavra especial para
os nucleos que são exten-
sões da ADFA importantes,
porque agentes de
mudança da própria so-
ciedade, em contacto per-
manente com os associa-
dos e com as mais varia-
das entidades civis e mili-
tares.

LÉ esta consciência
que vamos ter com os
sócios: a de que terão
de ser agentes de mudan-
ça da sociedade.

**ELO — Quais foram as
acções mais importantes
desenvolvidas pela DC
durante esta primeira se-
mana de mandato?**

José Arruda — Nesta
primeira-semana de toma-
da de contacto com a ac-
ção concreta, reunimos
com os trabalhadores da
Sede, pois é necessário
que os trabalhadores ven-
ham até nós, participem
na vida associativa e con-
tribuem com a sua expe-
riência para afinar as
ideias da DC em termos
de reorganização.

Tivemos também uma
entrevista com o Secretá-
rio Nacional de Reabilita-
ção e estranhámos verifi-
car que ele desconhecia a
dinâmica desta Casa e a
situação concreta de al-
guns projectos da ADFA.

Convidámo-lo a vir tomar
contacto com a ADFA e
esperamos que no futuro
ele possa ser uma das en-
tidades que contribua para
o esclarecimento da si-
tuaçao.

Questão da sede

**ELO — Relativamente
ao problema da sede?**

José Arruda — Ainda
em plena campanha elei-
toral tomámos conheci-
mento de que a Secretaria
de Estado da Defesa ti-
nha determinado a sus-
pensão do subsídio à
ADFA em 17 de Junho e
que o último mês em que
a transferência do duodé-
cimo se processou foi
Abril. Viemos depois de
Julho, que a suspensão do
subsídio era devida à não
cedência do salão nobre
da Sede à Sociedade His-
tória da Independência
de Portugal.

Estamos em crer que
logo, que sejam restabe-
lecidos os contactos com
o Governo, com a nossa
vontade de diálogo e a
disposição para a procura
de soluções alternativas,
o problema será resol-
vido.

Até porque não deseja-
mos manter-nos ad aeter-
num no Palácio da Inde-
pendência pois embora a
sua localização seja boa,
apresenta também pro-
blemas para uma insti-
tuição com as características
da ADFA.

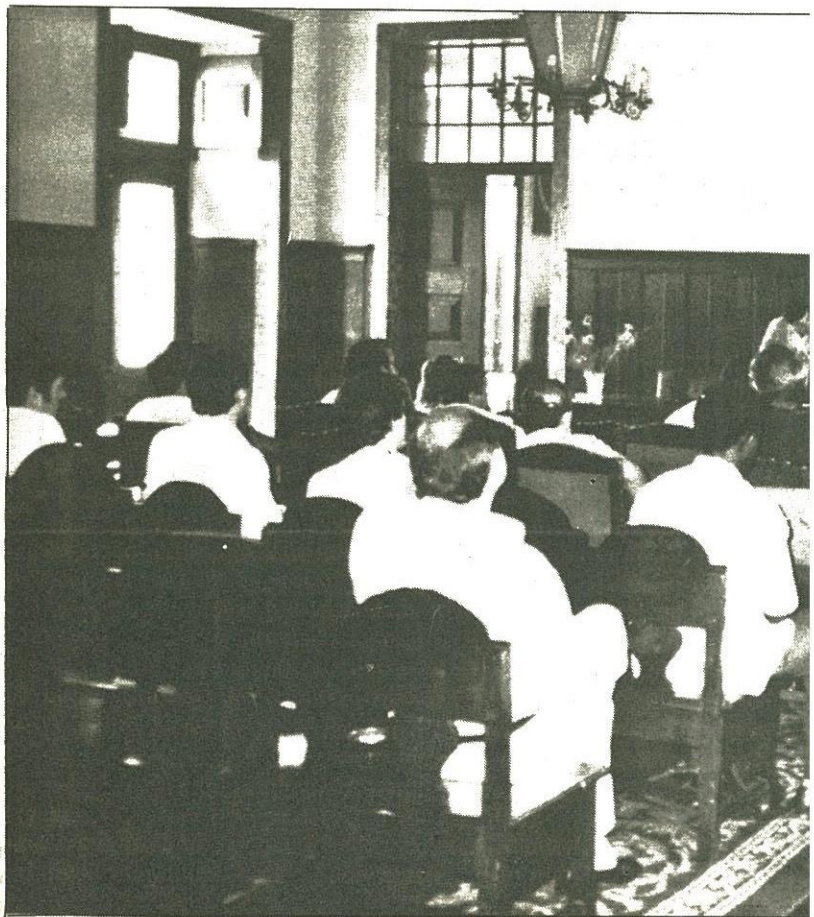
Guedes da Fonte — Ten-
do em atenção que a
ADFA assume uma posi-
ção de mudança e que as
entidades oficiais enten-

derão ta
colabora
mos com
tra uma
va os in-
ciados o
que a qu
saída de
-se irre
apresent

ELO —
de prim
não fora
dos nest

Guedes da Fonte —
Claro que a legislaçã
dizer, r
anda a
cada do
ser o ass
entrevist
mos nún
plo a r
sobre a
pensões
Função
de fora
vel de
ADFA
trair um
contacto
dos part
na Asse
blica. Es
ção de e
lho ness
que info
zar a soc

Outro
mental
com as r
estrange
internac
os seus l
também
outros p
cia do
portugu
FMAC.



para a independência fi-
nanceira.

Claro que todas estas
ideias terão de estar inse-
ridas em grandes linhas
de orientação, encontra-
das através do trabalho
associativo dos órgãos
competentes.

Legislação

ELO — Outro aspecto
em que os sócios têm
certamente o maior inte-
resse em conhecer as
ideias da nova Direcção é
o que respeita às ques-
tões legislativas...

Guedes da Fonte — A
legislação existente está
muito fragmentada. Só
podemos dar por satis-
feitos quando se tender
para um nivelamento de

EIÇÕES

vastos: a integração, no trabalho, na família, no lazer.

Através de um trabalho constante a ADFA terá de ter sempre uma palavra a dizer para melhorar a sociedade, para que esta nos melhore também.

Nucleos

Esse trabalho terá de processar-se a todos os níveis, mas justifica-se uma palavra especial para os nucleos que são extensões da ADFA importantes, porque agentes de mudança da própria sociedade, em contacto permanente com os associados e com as mais variadas entidades civis e militares.

LÉ esta consciência que vamos tentar avivar nos sócios: a de que terão de ser agentes de mudança da sociedade.

ELO — Quais foram as acções mais importantes desenvolvidas pela DC durante esta primeira semana de mandato?

José Arruda — Nesta primeira-semana de tomada de contacto com a acção concreta, reunimos com os trabalhadores da Sede, pois é necessário que os trabalhadores venham até nós, participem na vida associativa e contribuam com a sua experiência para afinar as ideias da DC em termos de reorganização.

Tivemos também uma entrevista com o Secretário Nacional de Reabilitação e estranhámos verificar que ele desconhecia a dinâmica desta Casa e a situação concreta de alguns projectos da ADFA.

Convidámo-lo a vir tomar contacto com a ADFA e esperamos que no futuro ele possa ser uma das entidades a contribuir para o esclarecimento da situação.

Questão da sede

ELO — Relativamente ao problema da sede?

José Arruda — Ainda em plena campanha eleitoral tomámos conhecimento de que a Secretaria de Estado da Defesa tinha determinado a suspensão do subsídio à ADFA em 17 de Junho e que o último mês em que a transferência do duodécimo se processou foi Abril. Viemos depois a saber, pela anterior Direcção Central, em 22 de Julho, que a suspensão do subsídio era devida à não cedência do salão nobre da Sede à Sociedade Histórica da Independência de Portugal.

Estamos em crer que logo, que sejam restabelecidos os contactos com o Governo, com a nossa vontade de diálogo e a disposição para a procura de soluções alternativas, o problema será resolvido.

Até porque não desejamos manter-nos *ad aeternum* no Palácio da Independência pois embora a sua localização seja boa, apresenta também problemas para uma instituição com as características da ADFA.

Guedes da Fonte — Tendo em atenção que a ADFA assume uma posição de mudança e que as entidades oficiais enten-

derão também por bem colaborar connosco, vamos com certeza encontrar uma solução que sirva os interesses dos associados com a dignidade que a questão merece. A saída do Palácio afigura-se irreversível. Iremos apresentar alternativas.

ELO — Que aspectos de primeira importância não foram ainda abordados nesta entrevista?

Guedes da Fonte — Claro que em termos de legislação muito ficou por dizer, mas não tivemos ainda tempo de nos inteirar a fundo da situação de cada dossier. Esse poderá ser o assunto de uma nova entrevista num dos próximos números. Por exemplo a recente legislação sobre acumulações de pensões e vencimentos da Função Pública que deixa de fora um número razoável de associados. A ADFA vai ter de encontrar uma estratégia de contacto e sensibilização dos partidos com assento na Assembleia da República. Estamos na disposição de encetar um trabalho nesse sentido, pois há que informar e sensibilizar a sociedade civil.

FMAC

Outro aspecto fundamental é o das relações com as nossas congéneres estrangeiras. A ADFA tem que entrar no diálogo internacional para alargar os seus horizontes e levar também às associações de outros países a experiência do deficiente militar português, através da FMAC.

Constituição dos Novos Órgãos Sociais Centrais

Mesa da Assembleia Geral Nacional

Presidente: António Silva Reis Santos, sócio n.º 6784
1.º Secretário: José Luís Rodrigues Noronha, sócio n.º 1625
2.º Secretário: Bernardino Guimarães Correia, sócio n.º 6220

Direcção Central

Presidente: José Eduardo Gaspar Arruda, sócio 593
Vice-presidente: Armando Manuel Olivera Guedes da Fonte, sócio n.º 2943
1.º Secretário: Cândido Manuel Patuleia Mendes, sócio n.º 519
2.º Secretário: Armando Ramos Alves, sócio n.º 248
Tesoureiro: Orlando Álvaro Correia, sócio n.º 209

Conselho Fiscal Central

Presidente: Amilton Sá Pereira Pinto, sócio n.º 3210
Secretário: José Santos Couto Ramos, sócio n.º 234
Relator: Isac Abreu Rodrigues, sócio n.º 816
1.º Vogal: José Manuel Nabais, sócio n.º 940
2.º Vogal: Rui Augusto Jesus Rodrigues da Silva, sócio n.º 1816

Conselho Nacional

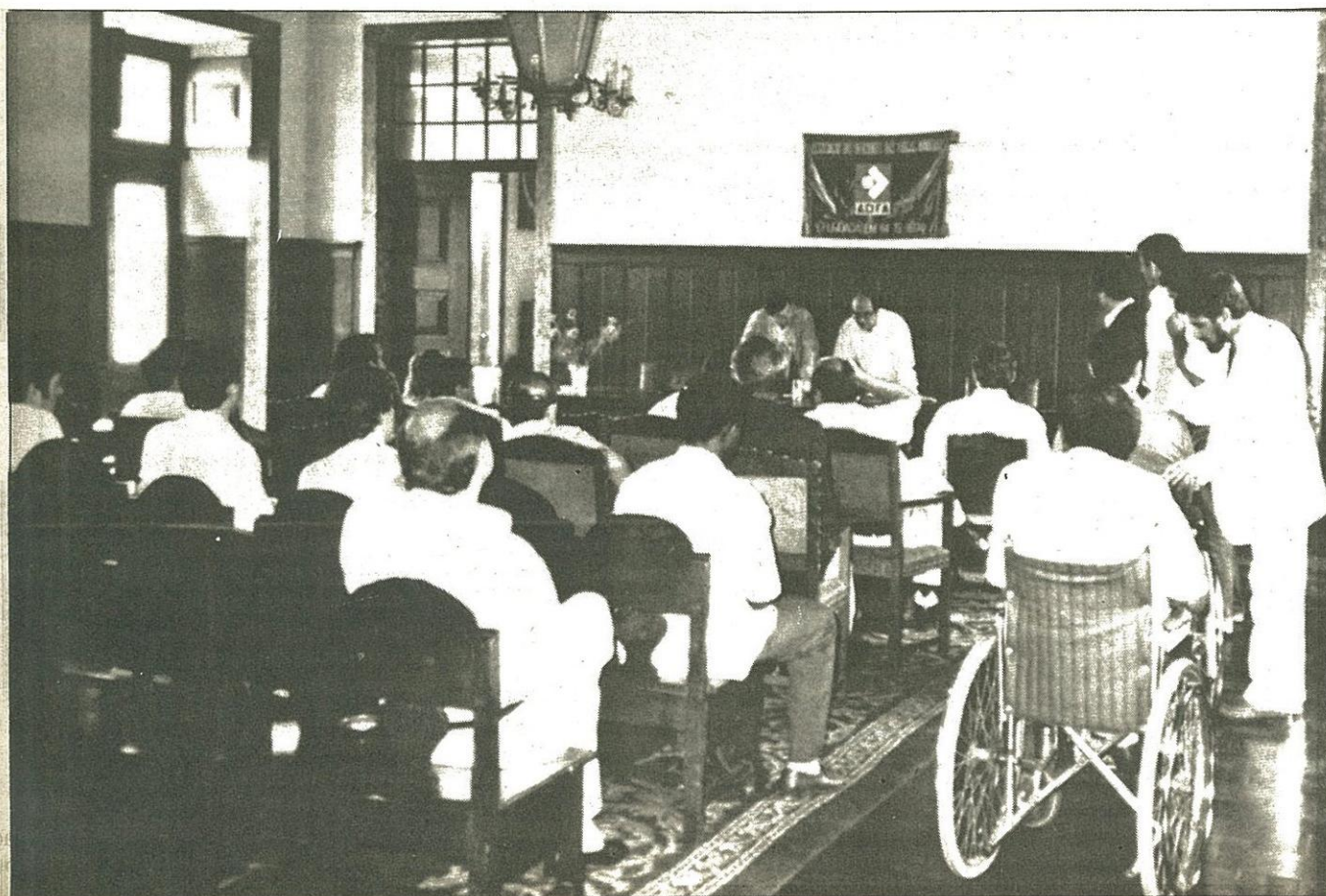
Efectivos:
• IOrlando Hélder Serra Passos Silva, sócio n.º 11023
• António Manuel Garcia Miranda, sócio n.º 3097
• José António Gofa Namorado Malacriz, sócio n.º 9670
• António Gomes Alves Correia, sócio n.º 39
Suplentes:
• António Augusto Almeida Santos, sócio n.º 5157
• António Bernardes, sócio n.º 2060
• Carlos Gilberto Castanheira de Sousa Noivo, sócio n.º 931

A. D. F. A. ELEIÇÕES PARA OS ÓRGÃOS SOCIAIS CENTRAIS BIÊNIO 87-89

Mesa de Voto	N.º Votantes	Lista B	Lista C	Votos Brancos	Votos Nulos
SEDE	498	62	430	2	4
ALCOBAÇA	16	1	15	0	0
CASCAIS	27	4	23	0	0
PENICHE	25	1	23	1	0
BRAGANÇA	55	3	52	0	0
FAMALICÃO	60	36	15	7	2
PORTO	397	138	212	40	7
CHAVES	21	9	11	1	0
UISEU	61	21	38	2	0
GUARDA	14	7	7	0	0
COIMBRA	77	26		2	1
CASTELO BRANCO	160	14	145	1	0
SETÚBAL	85	12	69	3	1
ÉVORA	54	41	12	1	1
FARO	72	61	9	1	1
FUNCHAL	89	26	63	0	0
PONTA DELGADA	79	24	55	0	0
TOTAIS NACIONAIS	1790	486	1227	61	16

A. D. F. A. ÓRGÃOS SOCIAIS DAS DELEGAÇÕES BIÊNIO 87-89

Mesa de Voto	N.º Votantes	Lista A Votos	Lista B Votos	Votos Brancos	Votos Nulos
SEDE					
ALCOBAÇA					
CASCAIS					
PENICHE					
BRAGANÇA	55	54		1	0
FAMALICÃO	60	52		8	0
PORTO	395	287	85	11	12
CHAVES	21	18	2	1	0
UISEU	60	60		0	0
GUARDA	13	13		0	0
COIMBRA	77	75	48	2	0
C. BRANCO	151	147		4	0
SETÚBAL	81	79		1	1
ÉVORA	52	51		0	0
FARO	72	70		2	0
FUNCHAL	89	88		1	0
PONTA DELGADA	79	79		0	0



Um sonho...

Onde está o presente? De tão efémero que é não conta, praticamente não tem dimensão, não ocupa espaço isolado, é a eterna ligação que o Homem garante entre o futuro e o passado, é a realização dos sonhos tornada memória colectiva, cultura, história...

Assim é também com a ADFA. Sonho de companheiros deficientes militares em um determinado tempo, tornou-se realidade. Vontade colectiva de intervenção social dirigida à conquista de espaço para realizar futuros e passados, à conquista da dignidade da verdadeira dimensão humana.

O sonho continua a existir e o futuro também, pois, sendo parte dele já passado associativo, outra parte brota permanentemente da ideia, da vontade de todos nós, é a nossa permanente necessidade de viver de corpo inteiro.



Mas, tal como um rio em que as margens e o leito o condicionam e, simultaneamente, são trabalhados, limados, polidos por ele, também é assim a relação que está estabelecida entre a ADFA e o resto da sociedade. É nesta relação íntima de influência recíproca, ADFA-Sociedade, que nós nos perspectivamos. Entendemos que é no seio desta relação de forças que devemos actuar: modernizar e desenvolver a nossa Associação para que o fluir contínuo da vida associativa aconteça com determinação e interveniência e seja um elemento positivo na vida colectiva global.

Não ignoremos, portanto, o que à nossa volta se passa. Mantenhamo-nos atentos às transformações sociais, acompanhemos a sociedade em direcção a dias melhores, façamos parte dela, influenciamo-la para que ela nos inflencie também, realizemos o futuro que permanece na nossa vontade associativa, construamos o passado. O presente é a responsabilidade de nos perspectivarmos correctamente, aqui e agora.

G. F.



Era uma vez um menino chamado Paulo, era um rapaz moreno e jovem.

Morava perto de uma praia maravilhosa, mas esta parecia encantada, pois as árvores mesmo sem vento ou brisa, balançavam ao som da música vinda do mar.

O Paulo, uma noite, foi à praia e ficou admirado com tudo o que vira.

No dia seguinte, quando acordou, decidiu ir tomar banho às águas do mar vestiu o seu fato de banho e o fato de mergulhador e decidiu ir ver o que se passava, mas, de repente... viu uma sereia de cabelos longos e loiros e a pensou: — Será que aquela sereia era a fonte de música que no mar existia?

Voltou para terra e a partir daí todas as noites ia ao pé da água para ouvir aquela música tão bela que surgia daquele grande e maravilhoso mar.

Sandra Estevéns — 11 anos

A vida de uma onda do mar

A onda quando é ainda bebé,
levanta-se do seu braço
tenta andar,
falar.
Começa a crescer,
eleva-se
como se quisesse tocar no céu?
Envelhece
a adormecer,
enrola-se,
como uma bola branca,
cheia de espuma,
e rebenta.
Finalmente, a onda morreu.

Susana Clemente — 2.º ano 12 anos



SORRI

Sorri, sorri à vida, mesmo quando estás triste, sorri sempre.

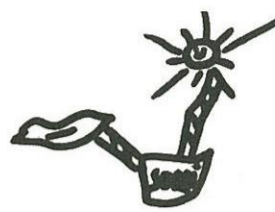
Pois a vida é bela e há tanto para ver!

No teu mundo pequenino, tu podes ver tanta coisa linda! Vês o céu, vês as estrelas, as árvores, as flores, a água que corre no regato límpida e pura!

Sente a Natureza e vê os pássaros voarem e as flores desabrocharem.

E, como vês, a vida é bela, por isso esquece as tristezas e parte para as alegrias sempre a sorrir.

Patrícia Gordinho — N.º 66



UVA

Redonda,
Clarinha
uvinha
menina

Pequenina
redondinha
— Tão linda — disse a Clarinha!

Partida
comida
Onde está ela?
Na minha barriga.

Autoras: Ana Maria Santos — N.º 293
Cristina Milho — N.º 303



Olá! Eu sou a Aida e venho dizer-vos umas regras, para que vocês, nas férias grandes, não apanhem doenças nem constipações sem saberem porquê.

— A acção prolongada e directa dos raios solares pode causar queimaduras, por vezes dolorosas e graves e, a prazo mais longo, pode mesmo causar o cancro de pele!

— Quando estiveres na praia, nunca deves ir para a água sem fazer um pouco de exercício físico, pois podes apanhar um choque, por que a pele estava quente e parada, quando de repente, fica fria. Tem cuidado que podes morrer!

— Ao fim de comeres qualquer coisa, nunca vás para a água ou tomar banho, podes apanhar uma congestão.

— Respeita sempre a bandeira da praia: Verde — à-vontade; Vermelho — não podes; Amarelo — com cuidado.

— Se te queres bronzear, não abuses do tempo ao sol, usa cremes.

— Nunca te afastes dos teus pais ou família: podes-te perder!

— No mar, não andes até não teres pé: podes-te afogar!

E não te esqueças: «Há mar e mar, há ir e voltar».

Aida Vasco Carreiro — N.º 326, 2.º-2.ª — 11 anos

CARVÃO (Churrasqueira)

Frente aos Bombeiros Voluntários
Telef. 2 55 33 VISEU



OCULISTA de Sapadores Lda.

TÉCNICO DIPLOMADO (LNATI)

Descontos para sócios da ADFA:

Aros e lentes 20% Lentes de contacto e produtos 10%

Rua do Vale de Santo António, 255-B
(junto à Rua de Sapadores)

Telef. 82 60 80

1100 LISBOA

Sócios falecidos

ANTÓNIO RAMOS MELO FERREIRA, sócio n.º 7995, natural e residente em São Martinho do Bispo, faleceu no passado dia 22 de Março em consequência de um ataque cardio-vascular.

Era deficiente das Forças Armadas, não lhe tendo sido atribuído grau de desvalorização, por o seu acidente ter ocorrido em serviço, na zona de Tomar em 1945, quando o carro que o transportava, capotou.

Deixa viúva a Sr.ª D. Maria da Conceição Abrantes.

FRANCISCO JOSÉ CANDEIAS MADEIRA, sócio n.º 1764, natural de São Berto de Ana

Loura, Estremoz, e residente no mesmo concelho, faleceu a 5 de Junho último, em virtude de fractura na coluna vertebral com contusão da medula.

Contava 35 anos e deixava viúva a Sr.ª D. Maria Antónia Madeira.

JOSÉ PEREIRA BAGAÇO, sócio n.º 7386, residente nos Açores, faleceu no dia 10 de Junho passado.

Era pensionista de Preço de Sangue, por seu filho Gabriel Pereira Bagaço, morto em Baruntuna, Guiné, a 29 de Julho de 1968.

FRANCISCO ANTÓNIO TORRADO, sócio n.º 3251, natural e resi-

dente na Aldeia Nova, Miranda do Douro, faleceu no dia 18 de Junho vítima de envenenamento.

Era deficiente das Forças Armadas com 65 por cento de desvalorização em consequência da perda do membro inferior direito e queimaduras na mesma mão, provocadas por uma mina na província da Guiné.

Deixa viúva e uma filha menor.

FRANCISCO FERREIRA COELHO, sócio n.º 2851, morador em Rio Tinto, falecido no dia 18 de Junho, por insuficiência respiratória crónica.

Era Deficiente das Forças Armadas com 63,5 por cento de incapacidade

devido a sequelas de ferimentos por estilhaços na cabeça e no corpo e perda da vista esquerda, contraídas em combate na Guiné em 1968.

Deixa viúva e uma filha menor.

ARMINDO MEGA, sócio n.º 6717, natural do concelho de Arganil e residente em Bobadela, Loures, faleceu no dia 13 de Junho devido a problemas circulatórios relacionados com a sua deficiência.

Este sócio, com 37 por cento de desvalorização, foi vítima de um tiro numa perna quando na localidade de Caripande, Angola, fazia uma segurança a sapadores.

Deixa viúva e um filho.

ALCOBAÇA

A Comissão Instaladora do Núcleo de Alcobaca da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, vem manifestar o seu desagrado pelo tratamento que o jornal ELO deu à iniciativa levada a efeito por este Núcleo, com a qual se encerraram as comemorações do 13.º aniversário da nossa Associação.

Estamos crenes, que um acontecimento que contou com a presença, para além de três elementos da DC da ADFA, de diversas entidades civis e militares da região, estamos em crer dizíamos, merecia um maior relevo e uma melhor cobertura por parte do ELO. Das presenças com que contamos, permitimo-nos realçar o representante do sr. governador civil do distrito de Leiria, do representante do Comandante do Regimento de Artilharia de Leiria e ainda os representantes dos comandantes distritais da PSP e GNR, para além dos presidentes da Câmara Municipal de Alcobaca e da Junta de Freguesia.

O espectáculo da Orquestra Ligeira do Exército, realizado no Cineteatro de Alcobaca, revestiu-se de assinalável êxito, sendo como se esperava um «show» extraordinário de riqueza e variedade, ao qual o público presente — cerca de quatro-

centos pessoas — não regatearam aplausos.

Durante o intervalo, subiram ao palco o presidente da direcção da ADFA, para uma saudação à assistência e entidades civis e militares presentes, aproveitando para divulgar alguns dos objectivos que estão na base da nossa Associação. Terminou agradecendo a colaboração de todos aqueles que apoiaram a iniciativa. Em seguida falou o sr. presidente da Câmara de Alcobaca, que mais uma vez manifestou a sua sensibilidade e receptividade para a problemática do deficiente, mostrando-se disposto a colaborar, dentro das suas possibilidades com o Núcleo de Alcobaca. Frisando a importância desta realização, numa localidade onde não abundam as actividades de carácter cultural, agradeceu aos promotores do espectáculo a presença da Orquestra Ligeira do Exército entregando duas pequenas lembranças ao Presidente da DC da ADFA e ao maestro da Orquestra, subchefe Joaquim Mestre.

Findo o espectáculo, os elementos da orquestra e os associados e familiares da ADFA, dirigiram-se ao Museu Nacional do Vinho, onde efectuaram uma visita guiada pelo seu director, que muito gentilmente se dispôs a alterar o horário anteriormente estabelecido. Neste Museu, único no género no país, os visitantes tiveram a oportunidade de apreciar os depósitos monumentais, vários milhares de garrafas e rótulos e ainda inúmeros artefactos antigos utilizados na vinificação das mais variadas espécies de vinho.

Foi uma visita agradável e bastante interessante, através da qual muitos de nós puderam ver pela primeira vez o outro lado, daquela bebida espirituosa, chamada vinho.

Não queremos deixar de realçar o apoio recebido por parte da Câmara Municipal de Alcobaca, suportando as despesas com o almoço dos elementos da orquestra e dos associados que quiserem comparecer e destacando funcionários para a montagem do espectáculo. Da Junta de Freguesia de Alcobaca que nos subsidiou e ainda a colaboração do Regimento de Artilharia de Leiria.

Pelas presenças e contactos havidos com diversas entidades civis e militares, para a realização deste concerto, temos consciência que foi uma jornada de indiscutível interesse para a implantação e divulgação dos nossos objectivos como Núcleo integrante desta grande Associação, chamada Associação dos Deficientes das Forças Armadas.

Sívio Lourenço

CASTELO BRANCO

AVISO

Avisam-se todos os associados da área da Delegação de Castelo Branco de que a mesma vai encerrar para férias de 1 a 31 de Agosto. De notar que é a primeira vez em 13 anos que o sócio Garrido goza as suas férias. No entanto, para algum caso mais urgente e especialmente para os sócios emigrantes, poderão contactá-lo através dos telefones 21201 ou 22342.

COIMBRA

Um assassino fantástico em Portugal. Um autêntico fora de série. Criminosos como este têm sido fabricados nos mais diversos países. Eles podem ser gerados em qualquer parte do mundo, principalmente onde determinados regimes sociais imperam. A arte do crime é uma ciência que se tem desenvolvido ao longo dos séculos. Porém, os crimes vão-se acumulando e nada de concreto se faz para acabar com eles. Aumentam-se os quadros policiais, mas ao mesmo tempo cada vez se fabricam armas mais sofisticadas ao alcance de qualquer governante que pode fazer delas o que quiser.

Será a pena de morte o meio mais eficaz para acabar com tal praga social? Em Portugal por exemplo, o que existe no sistema social que eduque as pessoas para que não se cometam crimes idênticos ao que sucedeu em Fevereiro na zona da Marinha Grande e que correu célebre em todo o país? O crime, como tantas outras coisas, existe em função das coordenadas do sistema. Num sistema democrático, o pensamento do crime não existe nos cidadãos, pela simples razão de que fraternidade e a sensibilidade democrática entre as pessoas, supera as anomalias. A apropriação individual dos sentimentos de cada um, são factores dominantes de pensamentos aventureiristas, da corrupção, da falta de qualquer espécie de respeito pelos semelhantes. Isto também se pode passar no jornalismo, na forma como se publicitam certas notícias.

Nos casos como o que se viveu na zona da Marinha Grande, e que teve como intérprete principal um funcionário bancário com cerca de trinta anos de idade, o sensacionalismo dos órgãos de Comunicação Social, a impudência de alguns relatos, as invenções fantásticas e propósito do que se passou, actos esses praticados por um sádico, não educa ninguém. Antes pelo contrário. Deseduca e atrofia as mentalidades mais sãs, preparadas progressivamente pela sociedade podre em que vivemos, tal como a violência de muitos filmes que através dos ecrãs da televisão nos entram pela casa dentro. Embora não se possa considerar um ho-

mem normal quem pratica tão nefasta onda de crimes, não se aceita muito bem que um louco prepare a tragédia com tanto sadismo. A aventura do ex-empregado bancário, figura central dos crimes da zona da Marinha Grande, acaba por ser o produto de recalamentos acumulados numa sociedade desumanizada, de amostras televisivas, através das quais impera o ódio e o machismo desenfreado, onde na maioria dos casos a mulher é relegada para plano secundário.

Os crimes de que foi autor, Vítor Manuel Jorge, são no fundo o reflexo vivo de uma sociedade medíocre e oportunista, que nada faz para os evitar, embora tente mostrar o contrário, e depois utiliza o sensacionalismo através das suas máquinas propagandistas.

Já alguns meses passaram sobre tão trágico acontecimento, onde vários jovens perderam a vida. Várias famílias ficaram enlutadas. A prisão ou a morte do autor dos crimes, tudo fará esquecer? Até quando?!

Até aparecer outro caso, talvez até mais grave?

As mistificações filosóficas desenvolvidas por quem nos rege, em detrimento da análise científica dos problemas sociais, a unificação dos homens por razões de contexto social, os complexos problemas que daí advêm, eis razão fundamental da formação de criminosos.

O assassino foi militar. Também ele foi uma das milhares de vítimas da guerra colonial. Guerra essa provocada por um regime do qual faziam parte cidadãos que hoje em S. Bento são arautos da democracia. Também ele está marcado no corpo para o resto da vida devido a doença adquirida durante a prestação do serviço militar. Mas tudo isto não interessa. O mais importante, é que a trágica faceta do Vítor Manuel Jorge, fez com que alguns jornais se vendessem em grandes quantidades!

Uma série de jovens foram barbaramente assassinados em Fevereiro último. Os jornalistas fizeram as notícias. Os jornais venderam-se. Os mortos enterraram-se. O assassino está preso.

E o resto! Quem se importa com o resto?

JOSÉ MAIA

Novos órgãos sociais da delegação do Porto

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DELEGAÇÃO

Presidente: Henrique Tomás Magalhães Rodrigues, sócio n.º 1624
1.º Secretário: Francisco Pereira Marques, sócio n.º 5960
2.º Secretário: Manuel Assunção Andrés Magano, sócio n.º 1619

DIRECÇÃO DA DELEGAÇÃO

Presidente: Abel Artur dos Santos Fortuna, sócio n.º 580
Tesoureiro: Martinho da Rocha Nunes, sócio n.º 3412
Secretário: Joaquim Sequeira Ferreira, sócio n.º 3420
1.º Vogal: Albino Fernando Oliveira Duarte, sócio n.º 1383
2.º Vogal: Augusto Oliveira Santos, sócio n.º 2440

CONSELHO FISCAL DE DELEGAÇÃO

Presidente: Reinaldo Ramos Soares Ferreira, sócio n.º 2852
Relator: José Manuel Dourado Reis Martins, sócio n.º 2161
Vogal: Joaquim Rogério Araújo Nascimento, sócio n.º 1061

CONSELHO NACIONAL

EFFECTIVOS:

- Joaquim Francisco Couceiro Ferreira, sócio n.º 1
- Jorge Eduardo Nave Pina, sócio n.º 5134
- Alberto Manuel Brum Costa, sócio n.º 9

SUPLENTES:

- Nelson Mário de Oliveira Ferreira, sócio n.º 2036
- Fernando António Gouveia de Amorim, sócio n.º 1518
- Américo Vieira Figueiredo, sócio n.º 4299

PONTA DELGADA

Visita ao núcleo da ilha Graciosa

No dia 17 de Junho de 1987, deslocou-se à ilha Graciosa, o presidente da Direcção da Delegação dos Açores, sr. Jaime Fernando Leite Domingues, acompanhado do trabalhador da delegação, a fim de com os associados daquela ilha, efectuar uma reunião de trabalho.

Antecipadamente os associados haviam sido informados da visita, pelo encarregado do Núcleo da ilha, sr. Brivaldo da Silva Betencout, nosso sócio n.º 7449.

A reunião teve lugar no próprio dia 17 pelas 18 horas, no edifício da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, na sala gentilmente cedida pela Ex.ª Senhora Presidente da Câmara, para instalação do núcleo da ADFA da ilha.

Depois da apresentação de cumprimentos pelo presidente da Direcção da Delegação, deu-se início aos trabalhos, salientando-se de entre outros os seguintes:

01. Participações da ADME, como as receber, uma vez que na ilha

não existe qualquer unidade militar.

02. Obrigatoriedade da substituição dos cartões da ADME (cor amarela) e do que é necessário para o efeito.

03. Recolha de documentos para inscrição na ADME e para um novo sócio da associação.

Não havendo mais assuntos a tratar a reunião foi encerrada pelas 21 horas.

Nota da Redacção: os associados de Alcobaca têm razão: a particular atenção que o acto eleitoral em preparação aquando da saída do último número nos mereceu levou a que, injustamente, ficassem um tanto esquecidos outras actividades e realizações. O ELO poderia e deveria, efectivamente, ter feito mais no que toca à cobertura das comemorações do 13.º aniversário promovidas pelos sócios de Alcobaca. O que não exclui, como é evidente, a necessidade de que as próprias estruturas locais da ADFA participem também activamente na feita deste jornal, fornecendo o máximo de informação a respeito das suas próprias realizações.

MADEIRA

AVISO

Avisam-se os associados da área da Delegação de Vila Nova de Famalicão de que a mesma vai encerrar para férias de 1 a 30 de Agosto de 1987.

A Direcção da Delegação

V. N. FAMALICÃO

AVISO

Avisam-se os associados da área da delegação da Madeira de que a mesma vai encerrar para férias de 15 de Agosto a 15 de Setembro.

A Direcção da Delegação

BRAGANÇA

AVISO

Avisam-se todos os sócios da área da Delegação de Bragança de que a mesma vai estar encerrada para férias de 3 a 21 de Agosto.



O caminhar dos sem memória

Os mitos que a lenda nos traz, tornaram-se realidade e a Caixa de Pandora abriu-se.

Dela, saiu envolta um manto preto, sem brilho, o ultrage de uma consciência limitada, amortilhada no tempo secular das prepotências individuais.

Mas, mais grave que isto, é o afrontamento à dignidade nacional que se pretende abertamente efectuar, numa aleivosia e anátema em nada consentânea com as realidades internacionais existentes.

Se as responsabilidades do Estado português são ultrapassadas por vontades mesquinhas e pontuais, arredando do seu caminho as obrigações que tem para com os seus deficientes de guerra, então desapaixonadamente, pergunta-se:

Para onde se caminha?

Os deficientes de guerra são o monumento vivo dum país. São uma realidade que nenhum estado pode ou deve rejeitar sob pena de não saber assumir os seus erros e fracassos.

A responsabilidade estatal não pode contemplar unicamente a atribuição das pensões de invalidez e da assistência médica, obrigações mínimas reconhecidas internamente. Por outro lado, concebese, teórica, mas subjectivamente, segundo tal parece, a existência e actividades em Portugal de associações de deficientes de guerra, como corolário das suas necessidades reabilitacionais e integracionais.

Foi por isso que, esta devoção espiritual e pragmática, nos conduziu à congregação no seio da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, considerada como pessoa colectiva de utilidade pública, traçando tempo os nossos objectivos, que atrás se sintetizam, e ainda, ao mesmo tempo a exigência dos direitos que nos devem assistir A ADFA, com a sua sede em Lisboa, no Palácio da Independência, monumento nacional de longas e importantes tradições históricas, cujo significado se prende com a independência portuguesa alcançada em 1640, deve ser considerada como um baluarte da insenção, capacidade nacional e dinâmica europeia, estabelecendo a ligação histórico-política e filosófica do país ao sistema jurídico actual, vindo a traduzir-se na responsabilidade do Estado português pela manutenção da existência da única associação de deficientes de guerra em Portugal e consequentemente o desenvolvimento de planos estruturais que os nossos sócios exigem.

Ao longo destes 13 anos, sofremos no nosso espírito e actuação associativas, vicissitudes de momento, transportadas por pressões descabidas, posições políticas incoerentes, sem qualquer fundamento ou argumentação. Mas os órgãos de soberania e a opinião pública portuguesa em geral, viram todo um trabalho reabilitacional efectuado, emendado assim todo um leque de ideias preconcebidas de raiz.

Desta forma, os parâmetros definidores das pessoas Colectivas de Utilidade Pública, foram por nós, integralmente aplicados, cingindo-se a ADFA a prosseguir objectivos que o Estado português não pode alcançar.

A sua acção programática aprovada no 2.º Congresso Nacional, traduziu com uma grande clareza e eficácia, os deveres e di-

reitos que os deficientes de guerra portugueses têm para com o Estado e vice-versa, bem como os princípios orientadores da Associação.

Agora, espantosamente, os deficientes de guerra assistem a um trabalho de desmantelamento, pondo-se em causa a sua existência, consubstanciada em duas palavras assustadoras — chantagem política.

Nos princípios do corrente ano, facto este que os sócios desconheciam, a ADFA foi informada pelo Ministério da Defesa Nacional, do seguinte:

1) A ADFA cedia o Salão Nobre à Sociedade Histórica da Independência de Portugal (relembre-se que esta sociedade se encontra, a gentileza da ADFA, a ocupar algumas instalações da nossa sede, apesar de se ter em conta a sua existência e coabitação nestas instalações com a tristemente célebre Mocidade Portuguesa);

2) A ADFA translada a sua sede para outro local, tudo indica, sem negociações (decisão tomada à revelia das responsabilidades assumidas pelo Estado a partir de Setembro de 1979);

Perante estas informações, o Ministério da Defesa Nacional oficializa que a Associação só recebia o subsídio rubricado no Orçamento Geral do Estado, se satisfizesse, no mais curto espaço de tempo, o consignado nos pontos 1 e 2.

Perante isto, a que conclusões se pode chegar?

a) Que o órgão de soberania competente não assume as suas responsabilidades para com a ADFA, nem para com os seus deficientes de guerra;

b) Adultera frontal-

mente o Acordo Internacional das Entidades de Direito privado;

c) Rejeita os princípios orientadores de um organismo de cúpula da ONU (Federação Mundial dos Antigos Combatentes-FMAC).

Serão estas medidas algo mais que a tentativa de sufocar economicamente a ADFA, e em consequência criar as condições necessárias ao estrangulamento da existência da única Associação Portuguesa de Deficientes de guerra?

Se assim é, qual será a posição do Governo português junto da Assembleia da República, da CEE, da ONU e da FMAC.

Mas não quero deburçar-me, por agora, sobre estes temas, porque continuo a ter em conta, que toda esta situação é fruto de desconhecimento e de lapso administrativo.

Dou, assim, e por enquanto, o meu benefício da dúvida sobre uma questão, que parece ser delicada e melindrosa.

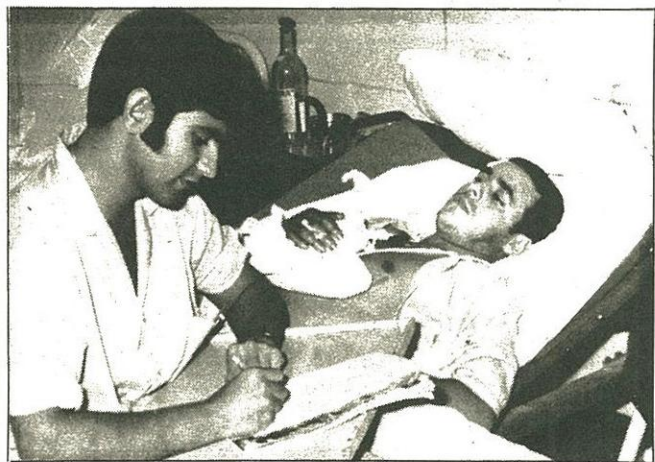
O Estado português, através do órgão de soberania competente, não pode, nem deve assumir historicamente um compromisso leviano, feito de insistências e pressões individuais violando a Constituição, os Acordos Internacionais.

Tenho a consciência, que ao escrever estas simples frases, fiz uma alerta, apelando para todas as pessoas capazes politicamente, de solucionarem esta situação.

Não queremos situações estranhas às nossas atitudes e actividades pacíficas.

Mas se se tornar necessário estaremos, outra vez, na primeira linha de fogo.

Mário Villa Lobos
Sócio n.º 357



O que se passa com a assistência médica

O que se passa com a Assistência Médica?

É importante esclarecer que se vai abordar genericamente a situação. Não somos juizes, porque a matéria é complicada, mas somos os intervenientes directos e portanto o assunto é-nos muito querido! Concretamente desde há algum tempo para cá têm-nos chegado muitas queixas, às vezes desabafos e também lamentos de revolta e indignação. A consulta de Fisioterapia do HMP da Estrela é bastante frequentada (infelizmente) pelos muitos associados da ADFA, residentes nos lugares recônditos do País.

Só a deslocação nos aborrece e fadiga, e a juntar a isto tudo, a nossa idade a avançar, a família que se teve de deixar, o emprego que ficou à nossa espera, a vinha que necessita ser sulfatada, etc., etc., um sem número de situações que muitas vezes é ignorada, ou nem sequer percebida quando a ela se faz alusão.

E porquê tudo assim tão desagradável? É verdade, a deficiência tem muitos custos, e todos os dias o peso é maior, apesar de alguém pensar o contrário. Voltando ao assunto parece-nos que o problema vem da estrutura que na altura da guerra não estava preparada, e só se encontrou resposta dum lado. Sim, a nossa juventude, a nossa ansia de ser iguais, não nos capacitámos de que tínhamos deixado de ter mão, pé ou perna ou que a cadeira de rodas fosse para nós uma sentença...

Temos que fazer juízo também a bastante pessoal que conosco lidou, apoiou e tratou, para além do normal, ou melhor, mais compreensivamente humanos, solidários e que hoje por variadíssimos motivos alguns deles já ali não trabalham. É pena! Podíamos referi-los, mas para quê? felizmente o seu

trabalho, dedicação, trato, ficaram para sempre fixados na nossa mente.

Esta situação por um lado só é justificada em nosso entender, por uma total falta de conhecimento de quem fomos nós, quem somos e o que queremos. Quem fomos? Fomos jovens cheios de vida que a Nação um dia chamou para a guerra, sim, para a guerra colonial, para Angola, Quiné e Moçambique! Lá fomos e lá ficámos deficientes para o resto da vida.

Quem somos? esses mesmos «heróis», de espírito aberto, mais esclarecidos, mais cientes de que somos também pessoas, que com o nosso esforço participámos activamente na reconstrução da nossa Pátria.

O que queremos? Justiça. O direito de ser iguais a nós próprios. Não aceitaremos ser acusados de oportunistas e pouco sérios.

A segunda razão, e haverá mais, supomos ser também a lógica orçamental que impõe os critérios! Os nossos direitos foram reconhecidos porque nós batemos ao serviço da Nação.

Como sabemos, a guerra já terminou há treze anos, mas para nós ela vive connosco, e é sempre recordada mesmo que a quiséssemos esquecer. Ficámos marcados para o resto da vida e nada mas mesmo nada nos compensa nem compensará.

Este assunto vai ser agarrado pela ADFA.

É uma exigência. Muitos sócios nos abordam e temos se calhar ficado só pelas palavras, indignados.

É necessário meter pés ao caminho, desbravar o campo dos obstáculos, a nossa integração na sociedade, pelo diálogo, com a nossa experiência, cientes de que somos credores perante a Nação, de toda a atenção, compreensão e solidariedade.



ORTOPEDIA DOS ANJOS

INDÚSTRIA DE PRÓTESES E ORTOTESSES, LDA.

NOVAS INSTALAÇÕES

TUDO PARA ORTOPEDIA
BRAÇOS ELECTRÓNICOS

*

Técnicos:

Vítor Manuel, Fernando Silva e António Esteves

R. de Arroios, 59, C-D — Telef.: 52 92 31 - 53 14 88
1100 LISBOA

APOIO MÉDICO

CLÍNICA GERAL
Médico: sócio
dr. Fernando Brito

Segundas e Quintas-feiras, às 13 horas, na Sede

PSIQUATRIA
Médico: dr. Proença

Terças-feiras, às 12 horas, na Sede

PSICOLOGIA CLÍNICA
Psicólogo: sócio
dr. Valente dos Santos

Na Sede: dias 3 e 30 de Setembro e 6 e 30 de Outubro, às 10 horas.

Atendimento domiciliário: nas terceiras quintas-feiras de cada mês

No consultório do dr. Valente dos Santos, em Tomar (Rua Ângela Tamagnini n.º 11, r/c-Esq.), nos restantes dias, especialmente para os sócios de Leiria, Tomar, Abrantes e Santarém.

FISIATRIA E TERAPIA FÍSICA
Médico: dr. Joaquim Neto
Osteópata:
dr. Borges de Sousa

Segundas-feiras às 14.30 h.

Quartas-feiras, das 9.30 às 11 horas

A equipa de basquetebol em cadeira de rodas da ADFA esteve recentemente em Algés, onde disputou um encontro frente à equipa da APD, inserido nas Comemorações do VIII Aniversário do Grupo Desportivo «A Joanita» e no Montijo, onde voltou a defrontar a mesma equipa, tendo vencido ambos os encontros.

Mas nem só o basquetebol é notícia. Os nossos atletas estiveram também presentes na Corrida das Fogueiras,

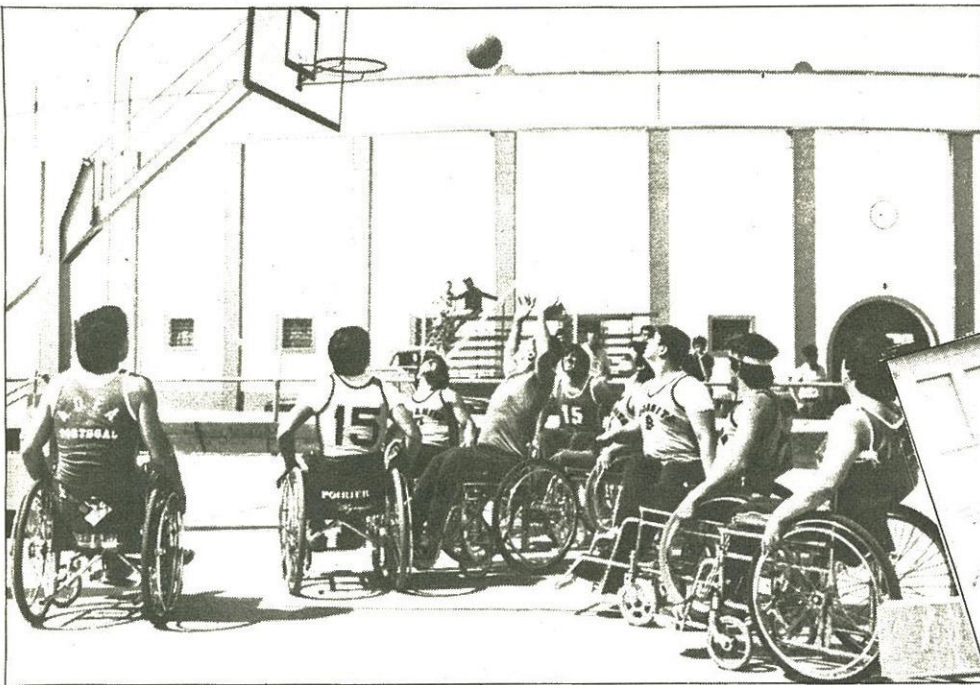
equipa da ADFA chegaram ao fim. O 1.º lugar coube a Raul Luís, do Alcoitão.

De realçar a colaboração da Câmara Municipal de Peniche neste acontecimento e o grande empenho do nosso sócio Horácio, do Núcleo de Peniche, na nossa participação, que só foi possível mercê do seu grande esforço — não fora a diligência do Horácio que veio a Lisboa, no seu transporte pessoal, buscar as cadeiras para a prova e trazê-las de novo, a nossa equipa ter-se-ia

DESPORTO

DESPORTO

DESPORTO



disputada em Peniche no dia 27 de Junho, num percurso de 12 km. Na corrida pedestre participaram sócios dos núcleos de Peniche e de Tomar e, em cadeira de rodas quatro atletas de Lisboa: Botelho, Pavoeiro, Noivo e Abel.

António Botelho, o nosso atleta mais velho, com 45 anos, conquistou o 2.º lugar e todos os elementos da veterana

visto impossibilitada de participar nesta jornada de salutar convívio.

Natação

As aulas de natação para sócios portadores de grandes deficiências e filhos de sócios vão recomeçar em Setembro na Piscina Municipal do Areeiro. Os interessados deverão inscrever-se até à data limite de 15 de Setembro junto do Carlos Noivo.



Cursos de monitores de desporto para deficientes

A Associação Portuguesa da Paralisia Cerebral está a desenvolver uma experiência pioneira no domínio da formação profissional: a abertura a uma área de desporto para deficientes, visando formar monitores de educação física especializados. Sete jovens frequentam já esses cursos, prevendo-se que no futuro essa acção venha a abranger um total de 80 formandos. O nosso associado José Pavoeiro explica-nos, no artigo que se segue, porquê e como funcionam esses cursos

Porquê do Curso:

Um curso de Formação Profissional de Desporto para deficientes corresponde a uma necessidade já sentida e actualmente sem resposta nas estruturas de Formação existentes, nas diversas instituições de, e para deficientes.

A Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes, em fase embrionária ainda não possui capacidade de resposta. Por outro lado, desde 1977, que se tem verificado, com a criação do Sector Desporto para Deficientes, na Direcção de Desportos e também no Secretariado Nacional de Reabilitação, aliada a iniciativas de diversas instituições, um movimento no sentido de promover e

desenvolver a prática desportiva para deficientes.

A Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral, tem desenvolvido desde 1977 acções de divulgação, sensibilização e organização de desporto para deficientes o que tem produzido grandes resultados quer a nível nacional quer a nível internacional.

Devido à evolução do desporto na paralisia cerebral, porque foram criadas condições para a prática desportiva com o devido enquadramento, o que não tem acontecido nas restantes áreas da deficiência, temos sido solicitados por muitos deficientes interessados na prática desportiva. Assim a APPC tem em curso um programa pluridisciplinar

de Formação Profissional em quatro áreas:

- Fotografia e Artes Gráficas
- Desenho, tapeçaria e tecelagem
- Informática
- Desporto para deficientes

A acção destina-se a um total de 80 jovens, deficientes na sua maio-

ria, que durante dois a três anos terão uma formação de forma modular com vista à integração no mercado livre de emprego.

Objectivos

A acção visa por um lado obter a formação profissional de muitos jovens que esperam obter, um emprego, que de outra forma não seria viável, devido a vários condicionamentos a que estariam sujeitos.

Estão criadas todas as condições humanas, materiais e financeiras para

que os jovens possam realizar a sua meta.

Na área do desporto para deficientes, para além da formação profissional, pretendemos criar uma proposta modelo regulamentação para a formação de futuros técnicos de desporto para deficientes, elaborar manuais com conteúdos programáticos específicos que poderão servir de apoio a futuras acções, inclusive de apoio e orientação aos professores que trabalham quer no ensino especial segregado quer no ensino especial integrado. Em suma, queremos contribuir com esta acção para criar dados de base

para a futura Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes e possuir experiências e material para troca com outros países, não só da CEE, como de outras partes do mundo.

Programa do Curso

O curso possui disciplina teóricas e práticas, prevendo-se um estágio pedagógico de formação em exercício, pelo que serão criados centros de treino aberto a todos os deficientes que queiram praticar desporto. Prevê-se também destacar os formados para instituições/clubes que estejam interessados em abrir um núcleo de desporto para deficientes.

Estão a ser ministradas disciplinas de carácter geral porque de Homens se trata e depois as específicas corresponderão às características de cada deficiência e disciplina desportiva.

Temos tido a colaboração das Federações Desportivas de modalidades e de diversos técnicos com formação específica.

Neste momento encontram-se em funcionamento um primeiro grupo de sete formandos com uma carga horária de quatro horas a seis horas e, Março de 1988, está prevista a entrada de um segundo grupo de 10 a 13 formandos, na sua maioria também deficientes.

José Carlos Pavoeiro



Exposição de trabalhos dos alunos da Escola da ADFA

Um valioso conjunto de trabalhos escolares dos alunos da Escola da ADFA esteve patente na Sede ente 26 de Junho e 6 de Julho.

As pirogravuras, tapeçarias, peças de cerâmica, desenhos e outros trabalhos escolares expostos expressam bem, pela sua indiscutível qualidde, que a Escola da ADFA não é apenas um lugar onde secamente se aprenda a ler, escrever e contar, matemáticas e geografias — o que já não seria pouco.

A busca do saber como utensílio para uma melhor integração social e a aprendizagem como forma já em si válida de perseguir essa integração espelham-se nos trabalhos que os alunos nos mostraram ao longo de dez dias.

Do programa desta exposição não resisitmos a citar alguns textos dos alunos:

«A minha festa escolar é linda e bela e mansa como a juventude dos quarenta. Queria pedir a todos os interessados quer sejam deficientes militares ou civis, que participem em conjunto connosco.

Temos muitas coisas para lhes mostrar, desde a nossa sinceridade amizade e boa disposição, aos nossos trabalhos escolares que são maravilhosos.

Vem camarada, participa connosco e alegra-te que serás feliz.

Saudações deste aluno,
Manuel Botelho de Melo».

★

«O significado de uma associação para um deficiente como eu»:

«Na data de hoje já sei dar o valor a esta Associação, porque já passei muito.

Hoje até médico temos!

Porém, não só. Depois de 37 anos, vim para a escola da nossa Associação, coisa que noutro tempo não tinha.

Hoje estou cansado e velho, mas já me sinto mais feliz.

Até que enfim!»

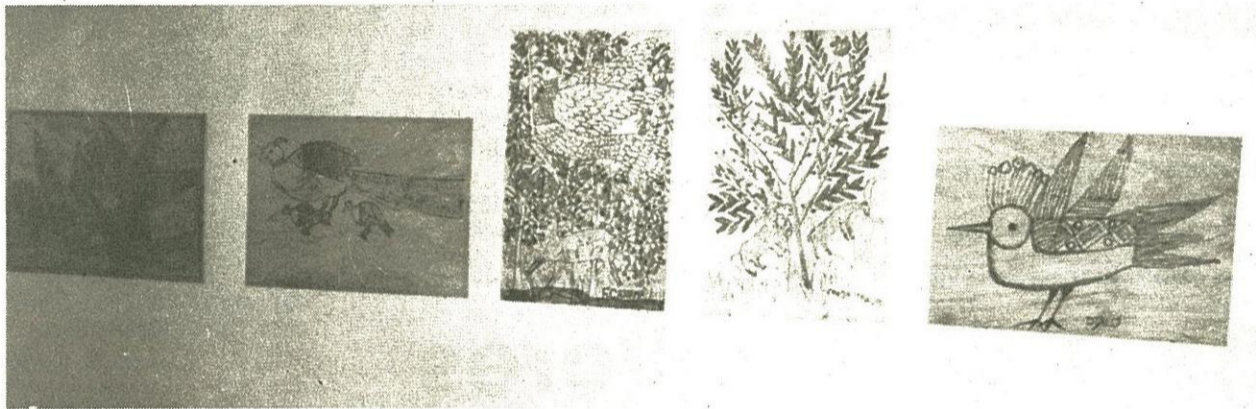
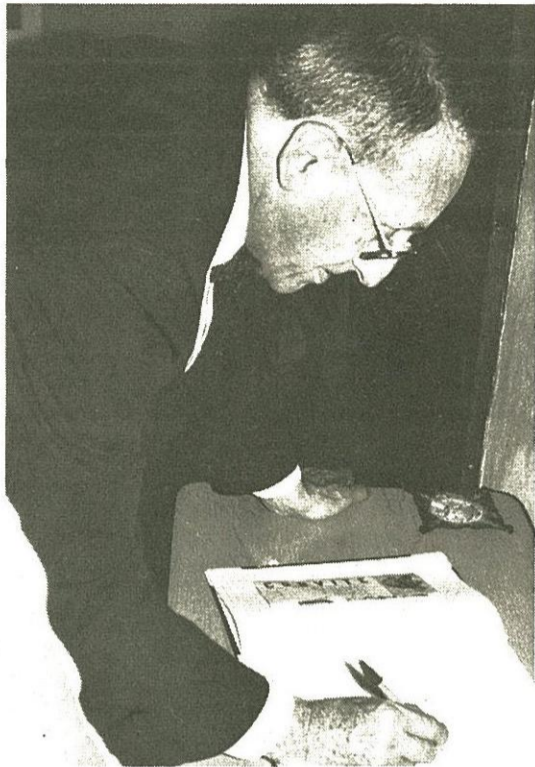
★

«Para uma pessoa, não saber ler nem escrever não é bom.

Por isso, amigos deficientes, venham inscrever-se na Escola para o ano lectivo de 87/

88.

É de borla. Não precisam de pagar material.



Aspectos da Exposição. Em cima, à esquerda, o secretário-geral da FMAC, Serge Wourgaft assina o livro de honra



MATRICULA-TE!

ALFABETIZAÇÃO CICLO PREPARATÓRIO (intensivo e em dois anos)

ENTRA NA AVENTURA DO SABER